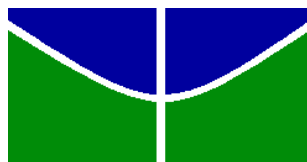


Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia

**IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA URBANA NA
RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO RURAL NO
NÚCLEO BANDEIRANTE**

Autor: Rodrigo Chaves Toratani
Orientador: Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília
2015



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia

**IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA URBANA NA
RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO RURAL NO
NÚCLEO BANDEIRANTE**

Rodrigo Chaves Toratani

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado e Licenciado em Geografia à Comissão Examinadora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Brasília
2015



Monografia de autoria de Rodrigo Chaves Toratani, intitulada “Importância da agricultura urbana na resistência da produção rural na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (VIII)”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em Geografia da Universidade Brasília, em oito de julho de 2015, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Orientador
Departamento de Geografia, Universidade Brasília

Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra – Examindor
Departamento de Geografia, Universidade Brasília

Dra. Marília Steinberger – Examinadora
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília

Dedico esse trabalho aos meus pais, irmãos que estiveram presentes comigo nos momentos de perseverança nos estudos. Especialmente, a minha mãe que é um exemplo de mulher.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu a sabedoria para ingressar e concluir a tão sonhada formação acadêmica de Geografia na Universidade de Brasília. E a minha querida mãe do céu, Nossa Senhora, que intercedeu ao pai e com o seu manto sagrado iluminou meus caminhos.

Aos meus pais, Antônio e Dorivan, que me propiciaram as condições necessárias para a realização dos meus estudos, me incentivaram a lutar pelos meus sonhos e conquistar a sabedoria. Deram-me força e coragem para eu acreditar que sou capaz e jamais desistir de sonhar.

Aos meus irmãos, Vinícius, Vanessa e Rafael, que me apoiaram nos momentos de desamino me auxiliando e motivando o máximo possível para que eu concluísse este trabalho.

A minha namorada Priscila que com palavras e ações me deu força e apoio para concluir esse trabalho e esteve sempre comigo na construção dos conhecimentos acadêmicos, me auxiliando e motivando nos momentos de desânimo.

A todos os meus professores do Departamento de Geografia que foram essenciais para a minha formação acadêmica. Mostraram-me o caminho a seguir na amplitude da formação do geógrafo. Especialmente, o professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho que esteve presente comigo no curso, me orientou em Prática e Pesquisa de Campo I e II, e no estágio supervisionado e, por fim, na produção deste trabalho.

*"A geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos.
O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde
estão e saem correndo em busca do valor que não têm".*
Milton Santos.

RESUMO

Para entender a importância da agricultura urbana existente na produção rural da Região Administrativa Núcleo Bandeirante (VIII), foram realizadas e investigadas nesta pesquisa as relações da agricultura urbana com o desenvolvimento sustentável, econômico, político e social exercido no local da pesquisa. O presente estudo problematiza: como está sendo desenvolvida a produção rural atual e qual a perspectiva de futuro da produção rural do Núcleo Bandeirante? Esta pesquisa tem como objetivo geral: avaliar a agricultura urbana como uma forma de resistência e permanência da produção rural na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante perante processos de ocupação urbana elevada. A pesquisa empírica foi baseada e realizada em uma entrevista individual com dez proprietários rurais nas chácaras no entorno e dentro da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. As análises priorizaram os relatos desses entrevistados para ter conhecimento da realidade da produção agrícola na Região Administrativa. Os resultados obtidos propõem de que esses produtores rurais sofrem por não receberem nenhum auxílio governamental em sua produção agrícola. Esses produtores utilizam a agricultura urbana como uma forma de sobrevivência ou uma segunda forma de trabalho, obtenção de renda e principalmente moradia. As entrevistas individuais com esses produtores rurais colocaram em evidência que a manutenção dessas propriedades rurais está sendo muito complicada, sem a ajuda de investimentos públicos e ainda sofrem com a pressão imobiliária, em que corretores imobiliários vislumbram nessas chácaras, como um local de investimento imobiliário para o Núcleo Bandeirante. Por fim, esta pesquisa revela que a utilização da agricultura urbana e a produção rural nessas chácaras são realmente possíveis. Se incentivados por investimentos econômicos e de infraestrutura estas propriedades aumentam a sua produção e sua renda. Assim, amplificar um desenvolvimento local mais forte tornaria uma base de maior significância na permanência da produção rural no Núcleo Bandeirante.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Resistência; Produção Rural; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

To understand the importance of existing urban agriculture of rural production at the Administrative Region of Nucleo Bandeirante (VIII), there were carried out and investigated in this research the relationship of urban agriculture to sustainable development, economic, political and social exercised in the research site. This study discusses: how is being developed the current rural production and that the prospect of future of rural production of Nucleo Bandeirante? This research has the general objective: to evaluate urban agriculture as a form of resistance and permanence of rural production in administrative region of Nucleo Bandeirante before high urban land occupation. The empirical research was based and conducted in a separate interview with ten farmers in farms around and inside Administrative Region of Nucleo Bandeirante. Analyses prioritized reports of these respondents to have knowledge of agricultural production reality in the Administrative Region. The results suggest that these farmers suffer from not receiving any government aid in agricultural production. These producers use urban agriculture as a form of survival or a second form of work, obtaining income and mainly housing. Individual interviews with these farmers have revealed that the maintenance of these farms is being very complicated without the help of public investments and also suffer from the real estate pressure, where real estate brokers envision these farms, as a real estate investment location for the Nucleo Bandeirante. Finally, this research reveals that the use of urban agriculture and rural production in these farms are actually possible. If encouraged by economic investments and infrastructure these properties increase their production and their income. Thus amplifying a stronger local development become a base of greater significance in the permanence of rural production in Nucleo Bandeirante.

Keywords: Urban Agriculture; Resistance; Rural production; Local development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
OBJETIVOS.....	3
METODOLOGIA.....	4
CAPÍTULO I: NÚCLEO BANDEIRANTE E A SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CAPITAL	6
1.1) Histórico do Núcleo Bandeirante	6
1.2) A importância do Núcleo Bandeirante na construção de Brasília.....	10
1.3) O processo de desenvolvimento e consolidação do Núcleo Bandeirante.....	11
1.4) O desenvolvimento e a formação de espaços rurais do Núcleo Bandeirante	14
1.5) Importância da produção de Flores no Núcleo Bandeirante.....	17
CAPÍTULO II: A AGRICULTURA URBANA, SUAS DEFINIÇÕES E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES.....	21
2.1) Agricultura urbana e sua ampla definição	21
2.2) A importância da Agricultura Urbana nas cidades.....	23
2.3) A agricultura urbana como uma medida na diminuição de lixo nas cidades	25
2.4) Agricultura urbana modelando e modificando as cidades.....	26
2.5) Agricultura urbana e sua qualidade e quantidade no abastecimento das cidades	27
2.6) Agricultura familiar relacionada com a agricultura urbana.....	29
2.7) Diferenças da Agricultura Orgânica x Agricultura Convencional e a sua utilização na agricultura urbana	31
Capítulo III: AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDA NO NÚCLEO BANDEIRANTE E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE.....	34
3.1) A origem e os motivos da instalação dos proprietários rurais no Núcleo Bandeirante	35
3.2) Propriedade arrendada x escritura própria.....	37
3.3) Produtos/serviços e quantidades produzidas nas propriedades	41
3.4) Incentivos financeiros do governo.....	44
3.5) Consumidores e intermediários no processo de produção consumo-final	50
3.6) O interesse da especulação imobiliária.....	56
3.7) Perspectivas de futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante	62
3.8) Os avanços tecnológicos na produção rural (Utilização de maquinário e irrigação artificial).....	68

3.9) Organização social/coletiva dos agricultores do Núcleo Bandeirante.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia de Ocupação Territorial do Núcleo Bandeirante	12
Quadro 2 – Área e Limites do Núcleo Bandeirante.....	14
Quadro 3 – Área de Produção Frutífera (2004/2005).....	16
Quadro 4 – Produção de Hortaliças (2006/2007)	16
Quadro 5 – Total de empresas de floriculturas de produção e entrega de cestas e presentes com flores por Região Administrativa no Distrito Federal, em 2005.....	18
Quadro 6 – Números de empresas atuantes no setor de paisagismo e jardinagem por Região Administrativa do Distrito Federal, em 2005.....	19
Quadro 7 – Diferenças entra a agricultura convencional e agricultura orgânica.....	33
Quadro 8 – Respostas relacionadas com a produção agrícola.....	40
Quadro 9 – Respostas relacionadas com o destino final da produção agrícola.....	43
Quadro 10 – Respostas relacionadas com o apoio/incentivo do Governo Federal ou do Distrito Federal	46
Quadro 11 – Respostas positivas relacionadas com a venda da chácara no Núcleo Bandeirante	49
Quadro 12 – Respostas relacionadas com o termo especulação imobiliária do Núcleo Bandeirante.....	50
Quadro 13 – Respostas relacionadas com a perspectivas positivas da produção agrícola do Núcleo Bandeirante	57
Quadro 14 – Respostas relacionadas com a perspectivas negativas da produção agrícola do Núcleo Bandeirante.	59
Quadro 15 – Respostas relacionadas sem nenhuma perspectiva da produção agrícola do Núcleo Bandeirante	61
Quadro 16 – Respostas relacionadas com a utilização de agrotóxico no Núcleo Bandeirante.....	63
Quadro 17 – Respostas relacionadas com a utilização de agricultura orgânica no Núcleo Bandeirante.....	65
Quadro 18 – Respostas relacionadas com a utilização de máquinas na produção agrícola no Núcleo Bandeirante	69
Quadro 19 – Respostas relacionadas com a não utilização de máquinas na produção agrícola no Núcleo Bandeirante	70

Quadro 20 –Respostas relacionadas com o não conhecimento e nenhuma participação coletiva na produção agrícola no Núcleo Bandeirante	74
Quadro 21 – Respostas relacionadas com o conhecimento e participação coletiva na produção agrícola no Núcleo Bandeirante.....	76
Quadro 22 – Respostas relacionadas ao Presente da Associação	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Condições do Comércio no início da Cidade Livre	7
Figura 2 – Avenida Central em 1960.....	8
Figura 3 – Avenida Central em 1966.....	9
Figura 4 – Figura atual da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (VIII)	13
Figura 5 – Áreas de Desenvolvimento Urbano do Núcleo Bandeirante.....	13
Figura 6 – Horta urbana em cobertura de prédio em Los Angeles, Califórnia, USA.....	21
Figura 7 – Agricultura urbana na cidade Havana em Cuba.....	22
Figura 8– Trabalhadores em uma produção urbana na ilha de Cotijuba, Pará.....	24
Figura 9 – Produção agrícola NBI.....	29
Figura 10 – Produção orgânica de hortelã alevante em uma das chácaras.....	32
Figura 11 – Produção de frutas em uma das chácaras	36
Figura 12 – Avenida Contorno – Antigo Setor de Chácaras NBI.....	38
Figura 13– Avenida Contorno – Antigo Setor de Chácaras NBII.....	38
Figura 14 – Atividade agrícola próxima prédio na Avenida Contorno	41
Figura 15 – Chácara próxima a EPIA.....	53
Figura 16 – Áreas de resistência a pressão imobiliária	55
Figura 17 – Local de cultivo de folhagens	58
Figura 18 – Poço construído para irrigação artificial em uma das chácaras	72
Figura 19 – Sistema de irrigação em uma das chácaras	72
Figura 20 – Produção agrícola próxima a escolas e edifícios residenciais	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Década de chegada dos entrevistados no Núcleo Bandeirante.....	35
Gráfico 2 – Propriedades Arrendadas x Propriedades Escrituradas	39
Gráfico 3 – Rapoio/Incentivo do Governo Federal ou do Distrito Federal	45
Gráfico 4 – Proprietários que foram ou não procurados com ofertas de compra das propriedades.....	51
Gráfico 5 – A perspectiva de futuro dos proprietários para a produção agrícola.....	57
Gráfico 6 – Utilização de Agrotóxico na produção/Produção orgânica	62
Gráfico 7 – Utilização de maquinário na produção/Existência de irrigação artificial.....	68
Gráfico 8 – Conhecimento sobre existência de associação/Participação Coletiva.....	74

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana organiza-se nas cidades como uma nova atividade agrícola de desenvolvimento social. Ela acaba transformando a relação, com maior integração entre cidade e campo.

A agricultura urbana é responsável pela transformação rural que ocorre nas cidades. Muito devido à flexibilidade múltipla na utilização dos recursos naturais disponíveis. E divulgando um tema muito importante nas cidades que é a sustentabilidade. Ela gera um desenvolvimento sustentável e vai mais além da sustentabilidade agrega outros fatores como o ambiental, econômico e político.

Este trabalho tem como foco apresentar as definições sobre agricultura urbana e a sua utilização e importância no Núcleo Bandeirante, Região Administrativa VIII do Distrito Federal. A agricultura urbana que é produzida dentro ou em volta Núcleo Bandeirante foi estudada neste trabalho justamente pela diferença de espaço e estilo que geralmente é relacionado à agricultura tradicional.

A Região Administrativa VIII do Núcleo Bandeirante teve participação fundamental na criação de Brasília. Este trabalho tem como proposta inicial a de fazer um pequeno histórico a respeito da ligação dessas duas Regiões Administrativas. Nesta pesquisa ocorre uma análise da resistência da produção rural do Núcleo Bandeirante perante a especulação imobiliária.

Uma das diferenças da agricultura urbana que mais se destaca em sua realização é o desenvolvimento local e principalmente sustentável. Característica que no modo de produção tradicional não é eficaz. E conta com a participação social no seu processo de produção rural-urbana. Outra diferença importante é a pequena base de recursos naturais que são necessários a sua produção. Diferentemente, da agricultura convencional que necessita de uma grande área para o seu cultivo e da exploração muito maior de recursos naturais.

A agricultura urbana é muito mais do que um espaço rural presente na cidade. Deve se pensar que a agricultura urbana não somente na sua utilização como uma forma de obtenção econômica no espaço urbano, mas a partir de uma nova atividade econômica, política e social com o objetivo no sentido de identificar a contribuição que um “novo” rural possa dar para a transformação de nossa sociedade.

Outra forma de ação da agricultura urbana sobre a cidade é a melhora na qualidade de vida da população ao redor e traz características de beleza ecológica sobre o urbano próximo. Por isso a ruralidade próxima aos territórios urbanos cria uma atração estética. Fato que agrega beleza natural à cidade, onde em muitas cidades isso é muito escasso.

Por fim este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar a resistência e permanência das chácaras que ainda tem produção agrícola do Núcleo Bandeirante perante a forte pressão imobiliária. Resistência criada pelos atores rurais e civis, como os produtores rurais e a sociedade.

Que constroem identidades no local e, principalmente os produtores buscam uma melhor estrutura social. Outro fator importante do trabalho foi descrever como a agricultura urbana realizada por estes proprietários tem ajudado no processo de desenvolvimento econômico de cada entrevistado. Principalmente pelo auxílio na renda de cada produtor rural.

OBJETIVOS

A problemática consiste: qual função essas propriedades rurais exercem sobre o Núcleo Bandeirante, e de que forma essas chácaras resistiram e ainda permanecem com a produção agrícola ativa no Núcleo Bandeirante?

Os objetivos que se pretendem alcançar e por meio desse trabalho, a partir da pergunta central, dos estudos teóricos e da pesquisa empírica são:

Objetivo geral:

Conhecer a agricultura urbana do Núcleo Bandeirante com vista a perceber a especulação imobiliária e as perspectivas de futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante.

Objetivos específicos:

Identificar a importância histórica da cidade do Núcleo Bandeirante relativa à construção de Brasília. Demonstrar o processo de formação do Núcleo Bandeirante. Destacar a criação das primeiras áreas rurais da cidade e a criação e o desenvolvimento de produção de flores na cidade.

Apresentar as definições mais conhecidas sobre agricultura urbana. Especificar a utilização da agricultura urbana e suas múltiplas funções ambientais. Destacar a diferença da agricultura convencional da agricultura orgânica. E caracterização da agricultura familiar como suporte na produção de alimentos.

Relatar a agricultura urbana presente na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Com bases empíricas produzidas na PESQUISA de acordo com as perspectivas da realidade da produção rural dos proprietários entrevistados.

METODOLOGIA

No caso do presente trabalho será relacionado a estudos e pesquisas empíricas recentes na área de agricultura urbana e produção rural de chácaras localizadas no Núcleo Bandeirante. Buscou-se referências teóricas para fundamentar a temática estudada.

Assim, para responder as perguntas da pesquisa realizou-se uma aproximação mais concreta e real com a problemática. Foi realizada uma entrevista de natureza qualitativa e quantitativa em chácaras que realizam a atividade agrícola. A pesquisa foi elaborada por meio de entrevista com os proprietários ou com responsáveis pela produção das propriedades.

Para Minayo (2010), a metodologia não se reduz a um conjunto de técnicas ou procedimentos, mas, também, é necessário considerar as intencionalidades do pesquisador, suas concepções teóricas e crenças sobre o fenômeno empírico a ser investigado.

Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (MINAYO, 2010, p. 14).

É preciso entender a realidade da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante e das propriedades agrícolas para o pesquisador analisar os dados coletados. As razões de escolha para a pesquisa foram pensadas no decorrer da prática de pesquisa de campo I e aprimoradas na atual prática de pesquisa campo II, por meio das informações coletadas unidas com os referenciais teóricos.

Foram pesquisadas dez propriedades do Núcleo Bandeirante que realizam a produção rural. Em nove destas propriedades realizam a produção agrícola e uma propriedade a produção de flores.

A entrevista foi realizada entre os meses de Abril e Junho de 2015. O questionário foi o mesmo para todos os entrevistados, cada um analisado a fim de conhecer a realidade da produção rural do Núcleo Bandeirante.

Todos os procedimentos obtiveram autorização com o termo de consentimento por parte entrevistados. A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, foram escolhidos procedimentos empíricos que permitissem refletir sobre as várias dimensões das problemáticas analisadas: (1) Em qual ano e por quais motivos o Senhor ou Senhora se instalou no Núcleo Bandeirante? (2) A propriedade é arrendada ou tem escritura própria? Quais são os produtos e ou serviços produzidos em sua propriedade? Em que quantidade?(3) A sua produção destina-se ao mercado local do Núcleo Bandeirante? Distrito Federal? Há exportação para fora do Distrito Federal? (4)Você recebe ou recebeu algum apoio ou incentivo por parte do governo federal ou do Distrito Federal para a sua produção? (5) O Senhor e ou Senhora já foi procurado (a) para vender a sua chácara? (6) Qual a sua perspectiva de futuro da produção agrícola no Núcleo Bandeirante? (7) Em sua propriedade é utilizado algum tipo de agrotóxico? Há produção orgânica? (8) No processo produtivo é utilizado algum tipo de maquinário? Irrigação artificial? (9) Há alguma forma de organização social/ coletiva dos agricultores do Núcleo Bandeirante?

Nesse viés foram realizadas: (A) Entrevistas individuais estruturadas com proprietário ou responsável pela produção; e, finalmente, (B) Entrevista informal com o presidente da Associação Agrícola do Núcleo Bandeirante (ASCOAGRI) e servidores da Administração Regional do Núcleo Bandeirante a fim de coletar dados para aprofundar tal temática e melhor compreender no embasamento teórico.

CAPÍTULO I: NÚCLEO BANDEIRANTE E A SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CAPITAL

1.1) Histórico do Núcleo Bandeirante

Uma das primeiras medidas do Presidente Juscelino Kubitschek ao tomar posse da Presidência da República (1956) foi anunciar sua decisão de transferir a capital nacional, antes no Rio de Janeiro para o Centro Oeste do Brasil. Juscelino Kubitschek estabeleceu um Plano de Metas com o intuito de trazer desenvolvimento para o Brasil.

O Plano de Metas constituía 31 objetivos para desenvolver o país, dos quais eram prioritários os planos em áreas específicas como: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Nesse período inúmeras obras e construções foram realizadas com o objetivo de investir no aumento de energia elétrica como, por exemplo, as duas usinas hidrelétricas Furnas e Três Marias.

A construção de Brasília, foi um dos objetivos centrais do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. O Local da construção da nova capital estava marcado desde a Constituição de 1891. José Bonifácio sugeriu o nome de Brasília para a nova capital. Assim, Brasília foi inaugurada depois de muitos investimentos e trabalho pesado em 21 de Abril de 1960.

Com essa decisão ocorreu uma imediata demanda de mão-de-obra de trabalhadores de todo o país. Muitos brasileiros de origem pobre e influenciados por políticas de uma vida melhor na nova capital dirigiram-se ao território para trabalhar em sua construção. A maioria vindos da região Nordeste fugidos de uma grande seca nessa mesma época. Também vieram trabalhadores das regiões de Minas Gerais e Goiás devido à proximidade com o local da construção da nova capital.

Já que a maioria dos trabalhadores que imigraram para a cidade era a de imigrantes pobres. Para abrigar os primeiros trabalhadores da construção de Brasília ou também conhecidos como pioneiros, foram iniciadas as construções de Brasília e

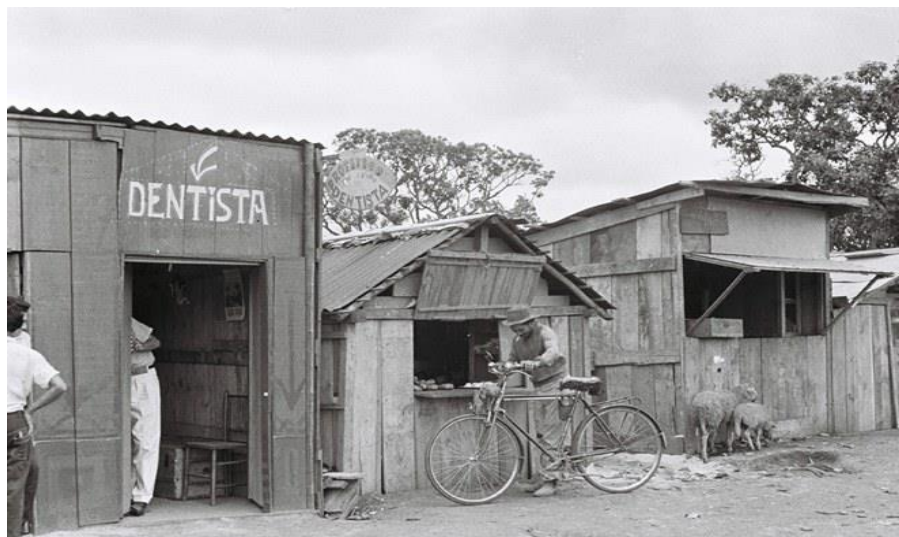
também cidades para habitação desses pioneiros.

A primeira foi a "Cidade Livre", que deu origem à atual Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (RA VIII). O Núcleo Bandeirante é uma das regiões administrativas mais antigas e importantes do Distrito Federal.

Essa Região Administrativa constituiu um dos principais núcleos anteriores à inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil. As principais avenidas da “Cidade Livre”, mais tarde conhecida como Núcleo Bandeirante, foram abertas pela Novacap, no final de 1956, como parte das obras de infraestrutura necessárias à construção de Brasília.

O local em que foi implantada a cidade, fora do perímetro do Plano Piloto, pertencia às fazendas goianas Bananal, Vicente Pires e Gama. O loteamento estava destinado a ter uso exclusivamente comercial e por esse motivo não eram fornecidos alvarás para residências.

Figura 1 – Condições do Comércio no início da Cidade Livre



Fonte: <http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasilia-50-anos/comercio-e-servicos-improvisados-atendiam-candangos/view> em Dezembro de 2014.

Figura 2 – Avenida Central em 1960



Fonte: IMS (Instituto Moreira Salles). Disponível < <http://www.ims.com.br/ims/> > Acesso: em dezembro de 2015.

Os comerciantes instalados até então na Cidade Livre tinham direito de uso do terreno sem custos, pelo prazo de quatro anos. Essas conquistas deram origem ao nome da Região Administrativa Núcleo Bandeirante. A idéia era de extingui-la, em 1960, com a inauguração de Brasília. Isso gerou uma explosão demográfica e passou a ser visto como foco de agitação política.

Nessa época não havia impostos e nem escrituras, o que contribuía para um grande caos de invasões e em um ano já haviam mais de 2.000 barracos de madeira. Por isso, originou-se o nome de “Cidade Livre”.

A chegada constante de novos moradores aumentou, de maneira assustadora. A população que de mil, em 1957, passou para 15.751 habitantes em apenas dois anos. Os lotes foram cedidos em sistema de comodato (tipo de um contrato bilateral temporário onde o bem é oferecido e que depois de um tempo determinado depois é restituído)

Para a manutenção da cidade foi necessário a criação de um mercado, conhecido mercado livre, uma área onde se concentrou a atividade agrícola e a criação de uma

granja. Até mesmo a existência de um “matadouro”, lugar que faziam o abate de bovinos, a fim de nutrir a cidade com os alimentos básicos de abastecimento aos trabalhadores, segundo relatos de um pioneiro do Núcleo Bandeirante residente numa localização próxima ao córrego Vicente Pires.

Figura 3 – Avenida Central em 1966



Fonte: (IPAHN) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: novembro de 2014.

Com o fim da Construção de Brasília, teoricamente, ocorreria a imediata devolução dos comodatos dos trabalhadores para a Novacap. Assim, daria o fim a Cidade Livre construída essencialmente para a construção da nova capital. Então, os pioneiros tomaram diversas ações para conseguirem a permanência da Cidade Livre.

Os operários que trabalhavam na construção da cidade não pretendiam abandonar a Capital depois de sua inauguração. Segundo a Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Gerência de Planejamento – (GEPLAN) e a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico – (DEPHA) em 2003:

O movimento Pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante (MPFUNB) foi apoiado por Jânio Quadros em sua campanha presidencial. Após as eleições, ele posicionou-se contrariamente à fixação. Ocorreram então uma série de inúmeros incêndios na cidade. Segundos os moradores da época nesse período eram incêndios criminosos. Muitos acreditavam se tratar de estratégia para enfraquecer o movimento de fixação. Mas os invasores resistiram e

acabaram forçando a regularização da cidade que deveria ser extinta após a inauguração de Brasília. Como resposta às investidas oficiais, o movimento alcançou alto índice de organização congregando diferentes categorias de trabalhadores como hoteleiros, professores, donas-de-casa, comerciantes, moradores, estudantes e trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria, Construção Civil e Imobiliária de Brasília. O Movimento lançou mão de diferentes estratégias de pressão, desde a articulação com creches para abrigar crianças e cursos de alfabetização, até a propaganda explícita, além dos comícios e articulação com alguns parlamentares, que na época se sensibilizaram com a situação. (DEPHA, 2003, pág.04).

Segundo o histórico do Núcleo Bandeirante cedido pela Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante, os pioneiros conseguiram a vitória com a “fixação da cidade, por meio da Lei nº 4.020, de 20/06/61, do Congresso Nacional, no governo João Goulart, pois, nessa época, Brasília não possuía autonomia política”.

Assim, com o direito de permanência da cidade os trabalhadores continuaram a exigir melhorias das condições habitacionais de infraestrutura. Deixando os terrenos vagos, eles foram invadidos por famílias de baixa renda que não poderiam ir residir na nova capital, incentivados pela oficialização de uma cidade permanente.

1.2) A importância do Núcleo Bandeirante na construção de Brasília

A construção de Brasília encontra-se ligada diretamente à construção do Núcleo Bandeirante. Pelo simples fato de o Núcleo Bandeirante ter sido a primeira “cidade satélite” (nome dado às áreas em volta de Brasília, hoje são denominadas como regiões administrativas), por isso a confusão.

O Núcleo Bandeirante foi designado e considerado como a primeira favela do Distrito Federal. Foi à cidade que gerou o primeiro polo comercial e administrativo da nova capital. Está localizada a cerca de 13 quilômetros de Brasília, segundo fonte do mapa rodoviário de 2002 produzido pelo DER-DF

Fato que leva a escolha desse local para o início das construções. Fato notável é o devido apelido do Núcleo Bandeirante, que é conhecido como "A mãe de Brasília". Apelido dado por alguns pioneiros após o término da construção do Distrito Federal.

O historiador Adirson Vasconcelos (1988) se refere ao processo de desenvolvimento das cidades, como cidades onde “tudo acontecia muito rapidamente, de forma espontânea e explosiva” (Vasconcelos, 1988, p.119).

Mais um fator importante para a manutenção da cidade segundo Vasconcelos (1988) foi a proximidade com os córregos e a proximidade com a capital “a cerca de doze quilômetros da aérea onde seriam construídos os principais edifícios da capital, em um platô localizado à margem direita do córrego Vicente Pires, ao longo da margem esquerda do Riacho Fundo”. (Vasconcelos, 1988, p.103).

O Núcleo Bandeirante não surgiu como um plano detalhado e premeditado diferentemente da forma que foi Brasília. Mas surgiu como uma área necessária e obrigatória para a construção rápida da capital.

Enfim, todos os recursos necessários a Brasília, estiveram na Cidade Livre, de 1957 até 1960 ou 1962, sem os quais, seria impossível o evento Brasília, em tempo hábil. A história de Núcleo Bandeirante é quase interminável, dadas as características que a originaram, além de ter vivido momentos políticos e sociais das grandes cidades. (SILVA, Paulo. 2002, p 19).

1.3) O processo de desenvolvimento e consolidação do Núcleo Bandeirante

Conforme o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de julho de 1957 dá 1º inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás, responsável pelo 1º recenseamento feito no território do Núcleo Bandeirante. “O Núcleo Bandeirante contava com 2.212 habitantes, dos quais, 1.328 eram homens e 874 mulheres. As 342 edificações eram em madeira recobertas com chapas de alumínio, zinco e até mesmo com palha.” Nessa época o Núcleo Bandeirante era administrado pelo agrônomo José Pimentel Godoy e pelo topógrafo Osvaldo Cruz Vieira.

No início da cidade se tinha todas as áreas de comércio e prestação de serviços. Pois era o mercado iniciante de uma “cidade temporária”. Na cidade existiam lojas, mercearias e armazéns com os mais diversos produtos. Nessa época a cidade servia como um almoxarifado de Brasília e comércio básico de abastecimento.

A energia elétrica e a iluminação eram garantidas por motores e geradores de propriedade particular, pois ainda estavam em construção as obras da Usina Hidroelétrica de Saia Velha. A captação de água era oriunda do córrego Vicente Pires.

Outro marco importante no desenvolvimento da cidade foi a criação de um Hospital bastante desenvolvido na Cidade Livre como o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO) com a sua inauguração, em 6 de julho de 1957. O Hospital substituiu o pequeno posto médico da região. Localizava-se junto ao Núcleo Bandeirante e tinha como função prestar assistência médica, cirúrgica e odontológica a servidores, operários e particulares.

Quadro 1 – Cronologia de Ocupação Territorial do Núcleo Bandeirante.

Cronologia de Ocupação Territorial	
1956	Início de Construção de Brasília e Núcleo Bandeirante
1961	Criada e fixada a Cidade pela Lei nº 4.020, de 20/06/61 a Área aproximadamente de 1,5 Km ²
1981	Ampliada pela Decisão nº 93/80 CAU de 05/08/80; Área de 3,15 Km ² . Englobando a Vila Metropolitana
1989	Ampliada pelo Decreto nº 11.921, de 25/10/89 – Lei 049 de 25/10/89, passa a ser denominada Região Administrativa – VIII. Área de 143,58Km ² . Engloba as seguintes localidades: Núcleo Bandeirante tradicional, Vila Metropolitana, Vila Nova Divinéia Agrovila Vargem Bonita, Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I e II e a Área Isolada Vargem Bonita

Fonte: Administração Regional do Núcleo Bandeirante (2003).

A figura 4 abaixo demonstra a configuração atual da cidade do Núcleo Bandeirante. Já a figura 5 é um desenho utilizado pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante para realizar alguns tipos de projetos na cidade. Por exemplo, a coleta de lixo e o recapeamento das estradas.

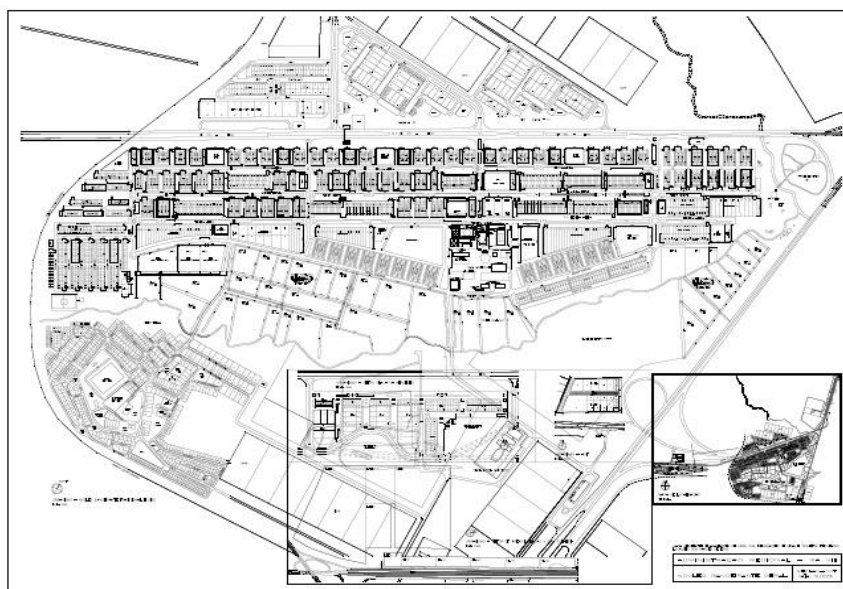
Figura 4 – Figura atual da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante (VIII).



Fonte: Skyscrapercity. Disponível em < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=920434>>

Acesso: em outubro de 2014.

Figura 5 – Áreas de Desenvolvimento Urbano do Núcleo Bandeirante.



Fonte: Administração do Núcleo Bandeirante - Assessoria de Planejamento e Ordenamento Territorial – ASPOT (2014)

O quadro a seguir informa a área e os limites do Núcleo Bandeirante atual. Com todas as suas áreas definidas. As Coordenadas Geográficas da cidade são: 15°51'56"S 47°58'38"W.

Quadro 2: Área e Limites do Núcleo Bandeirante.

Áreas(Km ²)	LIMITES			
	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
143,58	DF- 001; DF-075; Poligonal do Setor de Mansões Park Way; DF-079; córrego Samambaia; córrego Vicente Pires; Poligonal do Setor JK; Poligonal do Setor de Postos e Motéis Sul; DF-003; DF-025.	DF- 001	DF-047, Poligonal do Aeroporto; córrego do Cedro; ribeirão do Gama; RFFSA.	DF- 65; córrego Coqueiros; limite do Park Way; Vicente Pires.

Fonte: CODEPLAN, 2003.

1.4) O desenvolvimento e a formação de espaços rurais do Núcleo Bandeirante

No início da construção do Núcleo Bandeirante o meio rural foi de importância vital para a cidade e para Brasília. Pois no início a Cidade livre era utilizada como uma cidade dormitório e como mercado livre.

Em certas áreas foram concentradas atividades agrícolas e pecuárias para fornecimento de alimentos para a população. Na época se tinha conhecimento de construção de uma granja e de um abatedouro nas áreas próximas aos córregos. Segundo a Administração do Núcleo Bandeirante dados sobre esses estabelecimentos não existem documentados, mas contam apenas na memória de alguns pioneiros.

Portanto há dificuldade de relatar a proporção e tamanho de produção desses estabelecimentos, porém, sua importância foi fundamental para a manutenção da

população e da cidade tanto durante a época da construção, tanto após o fim da criação de Brasília.

Nessa época, a agropecuária gerou um grande polo de economia regional e desempenhou muito além do abastecimento das cidades, já que antes era vista apenas como a principal fornecedora de insumos para os trabalhadores e o resto da população. A maior parte da Avenida Contorno foi parcelada com 18 chácaras. Lugar onde a atividade e produção agropecuária foram concentradas, segundo dados das plantas da época retirados na Administração Regional.

No livro “Ontem Cidade Livre, hoje cidade livre” de Paulo Silva (2002), diz que a Cidade Livre foi além de uma cidade para lazer dos operários. Foi um lugar onde, os pioneiros encontravam o mercado para a sua sobrevivência.

Com a instalação do Canteiro de Obras e o início dos trabalhos, era necessária a existência de um local, no qual, os pioneiros pudessem, nas poucas horas de folga, buscar o suprimento e o lazer. Assim o Núcleo Bandeirante, foi crescendo na confluência do Riacho Fundo e o Vicente Pires, local bem estratégico, próximo o suficiente da NOVACAP e o longe o ideal do Canteiro de Obras da Capital que se implantava em meio ao cerrados, máquinas, técnicas e políticas. Surgia a Cidade Livre, de comércio e de sonhos. Através de demarcação disciplinar de ruas e lotes, a Cidade do Pioneiros ia se instalando. (SILVA. 2002, p 18).

Segundo a administração do Núcleo Bandeirante, a economia da Região Administrativa concentra-se em diversos e mais variados serviços, como o comércio varejista, pequenas empresas e indústrias, um polo pequeno de manutenção de veículos e que existe produção agrícola especialmente para hortifrutigranjeiros, flores e plantas.

Dado coletado da página eletrônica da Administração Regional do Núcleo Bandeirante. Diversos fatores apontam uma mudança na de vegetação natural devido à substituição da vegetação nativa por espécies exógenas, como bambuzais, mangueiras, bananeiras e outras áreas frutíferas, excluindo as áreas de produção agrícola com o cultivo de hortaliças e plantas ornamentais.

A área socioeconômica da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante voltada para o setor primário é bastante diversificada. Dados da Secretária de Estado de

Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal – Anuário Estatístico do Distrito Federal de 2005, demonstra que em 2005 uma grande produção ou de grande cultura é encontrada apenas o milho, contando com uma área 30 há (hectares) e produção de 105 toneladas. Já com a área e a produção de hortaliças e frutas tem uma área menor, mas muito importante na manutenção de insumos da cidade e até mesmo para comercializar com comércios de outras cidades.

Mas com áreas menores, mas não menos importantes encontramos produção frutífera de grande importância na economia das áreas de produção agrícola. Fato que comprova a importância da agricultura urbana numa cidade. Apesar de sua área ser a maioria urbana, segundo dados da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB) o Núcleo bandeirante mantém as características rurais em cerca de 37,8 hectares do total de seu território.

Vemos nas figuras abaixo que apesar dessas áreas serem pequenas, apresentam elevados números de produção. Nos quadros três e quatro abaixo são demonstradas a produção frutífera e de hortaliças. A área rural é formada por várias áreas em torno da cidade. É formada pela Agrovila Vargem Bonita, Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I e II e Área Isolada Vargem Bonita.

Quadro 3 - Área de Produção Frutífera (2004/2005).

Frutas	Área (ha)	Volume (ton)
Banana	-	-
Goiaba	-	-
Laranja	-	-
Limão	1,2	12
Maracujá	1,5	18,75
Manga	-	-
Tangerina	5	96
Outras	0,2	1,4
Total	8,9	128,15

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Distrito Federal – Anuário Estatístico do Distrito Federal, 2006.

Quadro 4 – Produção de Hortaliças (2006/2007).

Vargem Bonita	
Cultura	Produção (kg)
1º Alface	3.372.880
2º Mandioca	1.204.280
3º Brócolis	1.108.140

4° Couve	977.205
5° Cebolinha	764.142

Fonte: SisAter/EMATER-DF (2007).

1.5) Importância da produção de Flores no Núcleo Bandeirante

Além da variedade da produção de frutas e hortaliças, outra produção é muito conhecida e bastante diversificada no Núcleo Bandeirante. A produção de flores ornamentais. São encontradas diversas floriculturas de grande tradição e um grande período de presença nos mercados de flores.

A maioria das lojas de plantas ornamentais e acessórios para jardinagem do Distrito Federal está concentrada nas áreas conhecidas como Pólos Verdes, distribuídas ao longo das principais vias de tráfego da capital.

Segundo um estudo do Sebrae de 2005 sobre o Perfil da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal : “Existem 5 desses pólos principais: a) Pólo Verde da Saída Norte (Entre a ponte do Bragueto e o Balão do Torto); b) Núcleo Bandeirante; c) Caminho do aeroporto / setor de mansões Park Way; d) Área Octogonal; e) Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF”.

Os dados anteriores demonstram a importância do Núcleo Bandeirante na produção e comércio de plantas ornamentais, sendo uma das áreas principais de produção e comércio. O comércio e as vendas estão concentrados em plantas ornamentais como, palmeiras, flores envasadas, forrações ou caixarias, gramas além de vasos, acessórios, substratos, esterco e adubos orgânicos, segundo a mesma pesquisa.

No quadro a seguir é encontrado o total de empresas de floriculturas de produção e entrega de cestas e presentes com flores por Região Administrativa no Distrito Federal, em 2005.

Quadro 5 -Total de empresas de floriculturas de produção e entrega de cestas e presentes com flores por Região Administrativa no Distrito Federal, em 2005.

Região Administrativa	Empresas (número)		
	Floriculturas	Cestas de Presentes com flores (*)	TOTAL
Brasília	82	6	88
Lago Norte	4	1	5
Lago Sul	17	1	18
Paranoá	3	-	3
Brazlândia	2	-	2
Gama	8	3	11
Taguatinga	53	8	61
Sobradinho	11	4	15
Planaltina	7	2	9
Recanto das Emas	1	-	1
Núcleo Bandeirante	17	2	19
Ceilândia	14	-	14
Guará	20	5	25
Candangolândia	1	-	1
Cruzeiro	16	2	18
Samambaia	6	-	6
Santa Maria	4	-	4
São Sebastião	1	-	1
Riacho Fundo	5	-	5
TOTAL	272	34	306

Fonte: Perfil da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal – Sebrae 2005.

Na tabela a seguir são apresentados os números de empresas atuantes no setor de paisagismos e jardinagem por Região Administrativa no Distrito Federal, em 2005.

Quadro 6- Números de empresas atuantes no setor de paisagismo e jardinagem por Região Administrativa do Distrito Federal, em 2005.

Região Administrativa	Empresas (número)				Total(*)
	Paisagismo	Projetos e execução de jardins	Vendas de flores e plantas ornamentais	Fornecimento de gramas e implantação de gramados	
Brasília	53	3	5	4	65
Lago Norte	20	1	12	1	34
Lago Sul	31	4	14	1	50
Paranoá	1	-	-	-	1
Candangolândia	1	-	2	-	3
Ceilândia	1	-	1	-	2
Cruzeiro	6	-	3	-	9
Brasília	-	-	1	-	1
Guará	6	2	7	1	16
Planaltina	2	-	4	-	6
Taguatinga	12	-	18	6	36
Samambaia	1	-	1	-	2
Sobradinho	7	-	8	3	18
São Sebastião	3	1	-	-	4
Núcleo Bandeirante	22	6	20	1	49
Riacho Fundo	-	-	1	-	1
TOTAL	166	17	97	17	297

Fonte: Perfil da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Distrito Federal – Sebrae 2005.

O presente capítulo apresentou reflexões teóricas sobre a importância da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante para a construção da nova capital, Brasília, e as relações sócioeconômicas que permearam a criação dessa região, não planejada.

Destacaram-se os aspectos históricos quanto à organização interna da Região Administrativa no que se refere ao processo de desenvolvimento e consolidação do Núcleo Bandeirante, o desenvolvimento e a formação dos espaços rurais da cidade satélite e a importância comercial e administrativa da nova capital, assim como, à construção de uma identidade da população em busca de sonhos de mudança de vida e pertencimento territorial.

Por fim, o que confirma a construção deste capítulo estava escrito em um mapa comemorativo localizado na Administração do Núcleo Bandeirante: “Aqui nasceu Brasília, aqui começa o futuro”.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA URBANA, SUAS DEFINIÇÕES E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

2.1) Agricultura urbana e sua ampla definição

A agricultura urbana é um termo muito vasto e com várias definições. Pode ser conhecida ou definida também como agricultura intra ou peri-urbana. Trata-se da utilização de pequenas superfícies localizadas dentro das cidades ou então em áreas periféricas para a produção agrícola e/ou criação de pequenos animais. Destinados a consumo próprio ou a comercialização em pequena escala. A figura 6 a seguir, demonstra um tipo clássico de agricultura urbana.

Figura 6 – Horta urbana em cobertura de prédio em Los Angeles, Califórnia, USA.



Disponível em < <http://movimentoconviva.com.br/manual-promove-agricultura-urbana/> >

Acesso em: junho de 2015.

A agricultura urbana, segundo o site da Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e a Agricultura é definida da seguinte forma.

Agricultura urbana e peri-urbana pode ser definida como o cultivo de plantas e animais reprodutores, dentro e ao redor das cidades. A agricultura peri-urbana fornece produtos alimentares de diferentes tipos de culturas (grãos, raízes, vegetais, frutas, cogumelos), animais (aves, coelhos, cabras, ovelhas, gado, porcos, cobaias, peixes, etc.), bem como produtos (plantas aromáticas e medicinais, plantas ornamentais, produtos de árvore) não alimentares.

Disponível: < <http://www.fao.org/urban-agriculture/es/> > . Acesso em Abril de 2015.

De uma maneira geral, quando falamos em agricultura urbana estamos dizendo de uma prática de culturas agrícolas dentro ou em volta de uma área urbana, como uma cidade. Embora o conceito de agricultura urbana esteja em desenvolvimento, já vem sendo utilizado por organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A definição de agricultura urbana intra ou peri-urbana é diversificada quando são analisadas as suas funções e a sua prática para o meio ambiente e para a saúde humana (DIAS, 2000). As definições se referiam geralmente aos sistemas de produção, porém ultimamente também se incluem o processamento e a comercialização, assim como as interações entre todos esses modos.

Figura 7 – Agricultura urbana na cidade Havana em Cuba.



Fonte: Agricultura Urbana cidade de Havana – Cuba por Roberto Sánchez Medina

Disponível em <<http://www.cityfarmer.org/cubaRoberto.html>> Acesso: em junho de 2015.

O conceito de agricultura urbana está avançando no quesito de separação e identificação de cada um dos tipos de agricultura nas cidades. Como a divisão de agricultura urbana e não urbana e intra e peri-urbana. A intraurbana quando a atividade é realizada dentro das cidades, a periurbana quando a atividade é realizada no seu entorno. E ainda assim não é claro a definição de cada uma das atividades.

O conceito de “ecossistema urbano” ligado a agricultura urbana precisa ser mais bem desenvolvido, uma vez que a definição é bastante genérica. Esforços nessa direção já iniciados estão levando à distinção entre áreas de agricultura urbana e não-urbana e entre agricultura intra e periurbana. Da agricultura urbana requer-se a interação com inúmeros aspectos do desenvolvimento urbano e essa agricultura também tem o potencial para ajudar a diversificar e fortalecer estratégias de planejamento, administração e manejo das cidades. (MACHADO e MACHADO, 2002, pág.14).

2.2) A importância da Agricultura Urbana nas cidades

O interesse e o envolvimento da sociedade com a agricultura urbana estão aumentando rapidamente. A população mundial tende a se deslocar para as cidades. Na América Latina, América do Norte e Europa já são três quartos da população morando em áreas urbanas de acordo com (DIAS 2000).

A industrialização ocupa uma grande parte das cidades, com isso os espaços voltados às atividades agrícolas foram tomados por ela. Essas áreas ocupadas pela atividade industrial modificaram a estrutura da cidade de forma bem complexa. Os problemas ambientais são os mais evidentes como poluição sonora, poluição do ar, poluição da água e vários outros. A agricultura urbana passar a ser uma alternativa na solução ou pelo menos na diminuição desses problemas ambientais.

A indústria e o comércio começaram a ocupar espaços até então destinados a agricultura, e o convívio com os problemas rurais e urbanos em um mesmo espaço tornaram a realidade periférica das cidades bastante complexa. Multiplicaram-se os problemas sociais, problemas da poluição do meio ambiente e principalmente das águas. O lixo e a violência passaram a fazer parte da rotina dessas áreas, existindo certa revolta pela perda de terras, de atividades e principalmente alimentos. A atividade agrícola periurbana passa, então, a ser de fundamental importância nessas áreas para promover maior equilíbrio social, proteção ambiental e pela segurança alimentar,

esperando então, um desenvolvimento periférico sustentável e menos agressivo. (MACHADO e MACHADO, 2002, páginas 2 e 13.)

Quando relacionada com a economia a agricultura urbana, um investimento inicial pode gerar no aumento de geração de empregos. Os trabalhos desenvolvidos nessa área ajudam a economia local, a aproveitar locais antes vagos ou até mesmo esquecidos e utilizando agora como uma fonte de renda.

Figura 8 – Trabalhadores em uma produção urbana na ilha de Cotijuba, Pará.



Fonte: EcoDebate Cidadania & Meio Ambiente. Disponível em

<http://www.ecodebate.com.br/2013/08/16/uma-estrategia-a-seguranca-alimentar-dos-pobres-urbanos-agricultura-urbana-artigo-de-joao-de-deus-barbosa-nascimento-junior> Acesso: em junho de 2015.

A maior crítica a respeito sobre a utilização de agricultura urbana é devido o fato de ela ser conhecida como em pequena escala e pouco produtiva. A agricultura urbana tem o fator produtivo a seu favor, mas também o foco educativo e ambiental.

Mas com o maior número da sociedade voltada para essa iniciativa, a produção seria mais elevada. Outra forma de uma maior adesão segundo a jornalista Cláudia Visoni seria um “estímulo da gestão pública é imprescindível”. Para que assim aumente o interesse da população em começar a utilizar agricultura urbana em suas residências.

Fonte: <http://www.oeco.org.br/reportagens/27417-hortas-urbanas-uma-revolucao-gentil-e-organica> em Abril de 2015.

2.3) A agricultura urbana como uma medida na diminuição de lixo nas cidades

Uma corrente de pensamentos que vem ganhando força em todas as cidades do mundo, principalmente nas mais desenvolvidas é a de uma relativa preocupação com a preservação ambiental. Pois o consumo em grandes cidades de recursos naturais é cada vez maior.

Com o consumo acelerado as cidades acabam produzindo um excedente diário e elevado de lixo e resíduos. Que com o passar do tempo só vai aumentar de acordo com o crescimento das cidades, principalmente o crescimento populacional.

Reportagens sobre cultivo de hortaliças sobre telhados em todo em shoppings, em edifícios, residências estão ganhando destaque e interesse no mundo todo.

Nas cidades não é difícil encontrar lugares vazios, quintais sem utilidades e terrenos baldios. Uma alternativa interessante seria utilizar agricultura urbana nessas áreas com ênfase na limpeza e redução dos lixos nessas áreas que podem ser perigosas para a população em volta. Pois com o acúmulo de entulho essas áreas podem estar contaminadas e espalhar doenças. Outra característica importante da ecologia urbana é a de ciclagem dos nutrientes e o processo do manejo correto do lixo.

Diante da pouca disponibilidade e da baixa qualidade dos alimentos e da vulnerabilidade das pessoas expostas a agentes externos. Geralmente, boa parte de quintais domésticos e terrenos baldios são destinados ao acúmulo de lixo e entulho. A limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos. (MACHADO e MACHADO, 2002, pág. 10).

Outro ponto importante a se destacar e que tem relação com o meio ambiente é a limpeza de áreas que normalmente são destinadas ao acúmulo de lixo e entulhos. A limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam o aperfeiçoamento do ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais enfermidades e conseqüentemente controlando endemias e epidemias.

Outra importante melhoria da atividade da agricultura urbana é o fato de ela ajudar indiretamente no aproveitamento do manejo da água da cidade. Com mais áreas verdes dentro ou próximas a cidade, isso contribuiria numa melhor drenagem da água com a utilização dos solos.

Com o uso mais eficiente as atividades agrícolas nas cidades podem também, de forma indireta, melhorar o manejo da água em área urbana em razão da maior disponibilidade de espaços verdes e da melhoria da drenagem através dos solos. É importante também ter um processo de filtragem e reciclagem de águas poluídas garantindo assim uma água com boa qualidade. Evitando principalmente o contato da água com os lixos orgânicos e sólidos.

2.4) Agricultura urbana modelando e modificando as cidades

Para ser praticada agricultura urbana é necessário uma organização e planos, pois é utilizada muita técnica na produção. A agricultura urbana não está ligada apenas a cultivo de pequenas hortaliças ou plantações destinadas ao consumo alimentício, mas a todos os aspectos relacionados ao meio ambiente. Como jardins, plantas ornamentais, plantas medicinais.

Com a utilização da agricultura urbana, os espaços dentro e no entorno da cidade podem ganhar um contorno mais ambiental. Assim essas áreas destinadas ao cultivo ajudam a reduzir a temperatura, melhora do odor ao redor da produção, aumenta a capacidade de captura de gases poluentes e também interceptar a radiação solar. A sua utilização também melhora o desempenho ecológico da cidade.

O uso da agricultura urbana pode também ser relacionado com a estética do local. Uma produção de plantas ou de jardins, por exemplo, agregaria a questão do uso meio ambiente como forma de valorizar a região. É importante primeiramente investigar a qualidade do solo, pois em ambientes urbanos os solos geralmente são contaminados ou poluídos por diversas atividades industriais.

Ainda não existe uma grande procura pela utilização da agricultura urbana, mas

apesar de serem poucas, elas existem. O MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) investe em iniciativas que demonstre interesse em utilizar a agricultura urbana em áreas públicas. Apesar do incentivo do MDS, não existe uma grande campanha de divulgação da agricultura urbana e dos seus investimentos.

Nos últimos cinco anos, houve editais anuais para a liberação de recursos para essas iniciativas. Os valores disponibilizados varia a cada ano. Em 2009 foram liberados R\$ 10 milhões, enquanto em 2012, o valor foi de 3,2 milhões. Fonte: http://agriculturaurbana.org.br/textos/rede_brasil_atual_entrevista_Helio_Rocha.htm em abril de 2015.

O enfoque da agricultura urbana é buscar aproveitar os espaços públicos, áreas domésticas e áreas privadas para a produção de alimentos, plantas medicinais, plantas ornamentais e a criação de pequenos animais. Assim utilizando o desenvolvimento sustentável em meio às cidades. A necessidade do incentivo de políticas públicas para maior utilização da agricultura urbana favorece o desenvolvimento local.

2.5) Agricultura urbana e sua qualidade e quantidade no abastecimento das cidades

Uma das principais características da agricultura urbana é a da segurança alimentar. Segundo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN a segurança alimentar se define como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN).

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm em abril de 2015.

Quando se trata da distribuição dos alimentos produzidos, a agricultura urbana deve ser ligada entre o produtor urbano e os consumidores. Novas opções de mercado são criadas.

Com o cultivo e produção da agricultura urbana a segurança alimentar é elevada de forma muito controlada. A alimentação ganha uma melhora nutritiva ajudando na qualidade dos alimentos e na melhora da saúde dos que utilizam esses produtos de boa procedência. E assim ocorre o desenvolvimento de uma educação alimentar e nutricional através da produção desses alimentos.

A produção de alimentos originizadas da agricultura urbana é incrementada da quantidade que antes não existia nas cidades e ainda influencia numa melhor qualidade de produtos para o consumo. Com a segurança alimentar e o controle das fases de produção, assim ocorre a eliminação do risco de consumir algum produto agrotóxico. Pois como a produção é realizada nas cidades não deve ser realizado o uso de agrotóxicos. Porque assim haveria risco de contaminação de mais áreas próximas a população.

O desenvolvimento da agricultura urbana cria um planejamento importante para o uso da sustentabilidade da sociedade. Pois com a sua utilização ela complementa a produção da agrícola das áreas rurais no abastecimento das cidades ao criar um novo fluxo de comércio e de abastecimento de mercado.

Outro ganho na qualidade de vida se trata da formação de microclimas, principalmente com o sombreamento que ocorre com a produção de plantas. Ocorre uma diminuição de infecções alimentares por obterem com o cultivo uma produção mais saudável. Como uma forma de evitar “ilhas de calor” urbanas que ocorrem quando uma área urbana tem temperaturas mais elevadas do que as áreas rurais próximas.

A formação de microclimas, a preservação de doenças por uma alimentação diversificada e pelo poder curativo das plantas medicinais, são componentes da qualidade de vida proporcionada pela prática da agricultura urbana. (MACHADO e MACHADO, 2002, pág.23.)

Por fim a agricultura urbana está se tornando uma ajuda importante de fonte de suprimentos para a população. A agricultura que se desenvolve em áreas urbanas tem diversas prioridades como a da resistência da produção agroecológica que é sem o uso de agrotóxicos, uma nova ligação do campo/cidade e ainda da segurança alimentar.

Figura 9 – Produção Agrícola NBI



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

2.6) Agricultura familiar relacionada com a agricultura urbana

A agricultura familiar no Brasil também é encontrada nas cidades. E a utilização da agricultura urbana nessa produção é muito grande. A agricultura familiar teve um maior interesse e maior desenvolvimento no Brasil, a partir dos anos 90. Tem ocorrido um maior interesse na dimensão territorial do desenvolvimento rural.

Uma das definições de agricultura familiar é a utilizada pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) as quais são definidas a relação da gestão e do trabalho, em que os atores dessa relação são agricultores, proprietários dos meios de produção e utilizam o trabalho familiar.

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar> em Abril de 2015.

A implementação da agricultura familiar na política brasileira está relacionada principalmente com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar) criado em 1996. Tem como principal característica conceder crédito agrícola a pequenos produtores rurais que encontram dificuldades, sobretudo a financeira de continuar produzindo na atividade de produção. Até o início dos anos 90 não tinha existido nenhum tipo de política pública voltada para a agricultura familiar brasileira.

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar> em Abril de 2015.

Nos anos recentes é marcante o modo como ocorreram as mudanças e reorientações das políticas públicas para o meio rural brasileiro, destacando-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Este fato recente merece destaque, pois até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social do meio rural brasileiro. (SCHNEIDER apud BOTEKHA FILHO (organizador) 2005, p. 23)

A agricultura familiar, assim como a agricultura urbana não pode ser relacionada sempre com a de pequena produção. A agricultura familiar desenvolvida dentro das cidades é totalmente diferente da produção no campesinato clássico. E a agricultura urbana é um modelo de produção com alto aproveitamento de sua produção.

Segundo Abramovay (1992), a agricultura familiar tem alta efetividade quando integrada ao mercado, pois incorpora aos principais avanços tecnológicos e de uma resposta as políticas governamentais. E complementa ainda com a produção de uma nova forma de profissão ao relatar que “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa nova forma de trabalho”.

Atualmente a agricultura familiar, assim como a agricultura urbana ajudam na manutenção das cidades, fornecendo alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade. Agindo dessa maneira a agricultura familiar se torna uma forma social embriada nos mecanismos de desenvolvimento rural.

Se quisermos combater a pobreza, precisamos, em primeiro lugar, permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua inserção em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos. (ABRAMOVAY, 1992 p. 50).

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Fonte: <https://mpabrasiles.files.wordpress.com/2010/02/cartilha-ibge-agricultura-familiar-71.jpg> em Maio de 2015.

2.7) Diferenças da Agricultura Orgânica x Agricultura Convencional e a sua utilização na agricultura urbana

A agricultura orgânica teve início por volta de 1920 segundo a Embrapa, pois foi quando surgiram movimentos e manifestações contrários à utilização de agrotóxicos e adubação química. Sendo esses movimentos e manifestações favoráveis da prática de culturas baseadas nos processos biológicos naturais.

Segundo a Associação de Agricultura Orgânica, a agricultura orgânica é definida como:

processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos, para garantir a saúde dos seres humanos, utilizando tecnologias apropriadas à realidade do local de produção. O processo de produção orgânica não utiliza agrotóxicos e promove a restauração e manutenção da biodiversidade. Além disso, a agricultura orgânica utiliza fertilizantes naturais, como adubação através de leguminosas fixadoras de nitrogênio, adubo orgânico proveniente de compostagem, minhocultura, manejo de vegetação nativa e rotatividade de culturas, uso racional de água e outras técnicas que sejam adaptáveis à realidade local

Fonte: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/62-alimentos/2069-conheca-agricultura-organica-o-que-e-diferencas-relacao-convencional-agrotoxicos-pesticidas-fertilizacao-degradacao-solo-contaminacao-lencois-freaticos-desmatamento-biodiversidade->

impacto-mudanca-climatica-risco-beneficio-saude-humana-certificacao-selo.html acesso em Abril de 2015.

Figura 10 – Produção orgânica de hortelã alevante em uma das chácaras.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Já a convencional agricultura é reconhecida pela utilização intensiva de adubos químicos e agrotóxicos. Pois assim é o método que é utilizado para garantir maior produtividade. A monocultura é a prática mais utilizada na agricultura moderna pela produção em grandes escalas. Tem como finalidade de aumentar a produção agrícola de modo que pudesse acompanhar o crescimento da população.

A Agricultura moderna ou convencional é definida da seguinte forma pelo site Ambiente Brasil:

o conjunto de técnicas produtivas que surgiram em meados do século 19, conhecida como a 2ª revolução agrícola, que teve como suporte o lançamento dos fertilizantes químicos por Liebig. Este sistema expandiu-se após as grandes guerras, com o emprego de sementes manipuladas geneticamente para o aumento da produtividade, associado ao emprego de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e da maquinaria agrícola. O agricultor é dependente por tecnologias/recursos/capital do setor industrial, que devido seu fluxo

unidirecional leva à degradação do ambiente e à descapitalização, criando uma situação insustentável à longo prazo.

Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/agricultura_organica/tipos_de_agricultura.html em Abril de 2015.

A seguir o quadro aborda as diferenças dos métodos e as formas de ação de cada modo de produção. Buscando assim, deixar de forma clara e focalizada o objetivo de cada sistema de produção.

Quadro 7- Diferenças entra a agricultura convencional e agricultura orgânica.

CONVENCIONAL	ORGÂNICA
Uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos, pois as plantas selecionadas para altos rendimentos requerem altas doses destes produtos	Uso de adubos orgânicos (composto, esterco, adubo verde) e controle alternativo de pragas e doenças
A monocultura, aliada a exigência de grandes escalas de produção	Produção mais diversificada, aumento da biodiversidade.
A criação de espécies de pragas e doenças resistentes e a eliminação de seus inimigos naturais	Manejo ecológico das pragas e doenças
A degradação do solo e a contaminação de cursos d'água por práticas equivocadas: monocultura, uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas, baixa cobertura do solo, entre outras	Uso de práticas conservacionistas do solo e preservação ambiental
A alta dependência externa de insumos e de energia não renovável	Busca a autosustentabilidade dos sistemas de produção
A contaminação de trabalhadores rurais e consumidores por usos indevidos de agrotóxicos e aditivos químicos	Produção de alimentos livres de contaminação por agrotóxicos: mais saúde para o trabalhador rural e para o consumidor

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/noticias/noticias-subpaginas/uma-comparacao-entre-a-agricultura-convencional-e> em Abril de 2015.

CAPÍTULO III

AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDA NO NÚCLEO BANDEIRANTE E SUA IMPORTÂNCIA NA MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE.

Neste terceiro capítulo será apresentada uma pesquisa realizada em 10 propriedades do Núcleo Bandeirante que realizam a produção rural. Em 9 destas propriedades realizam a produção agrícola e 1 propriedade a produção de flores. A pesquisa foi elaborada por meio de entrevista com os proprietários ou com responsáveis pela produção das propriedades.

A entrevista foi realizada entre os meses de abril e maio de 2015. O questionário foi o mesmo para todos os entrevistados e não teve nenhuma diferença de perguntas sendo 10 questões, cada uma analisada a fim de conhecer a realidade da produção rural do Núcleo Bandeirante. Este capítulo tem como objetivo colocar o referencial teórico e embrincar com a realidade dos proprietários. Assim no final de cada tópico analisar a teoria com a realidade opinando de forma crítica e analítica.

As informações empíricas estão organizadas em tópicos de acordo com os objetivos, a saber: (a) A origem e os motivos da instalação dos proprietários rurais no Núcleo Bandeirante, (b) Propriedade arrendada x escritura própria, (c) Produtos/serviços e quantidades produzidas nas propriedades, (d) Destino final da produção, (e) Incentivos financeiros do governo, (f) O interesse da especulação imobiliária, (g) perspectivas de futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante, (h) Utilização de agrotóxicos x produção orgânica, (i) Os avanços tecnológicos na produção rural (Utilização de maquinário e irrigação artificial), (j) Organização social/coletiva dos agricultores do Núcleo Bandeirante.

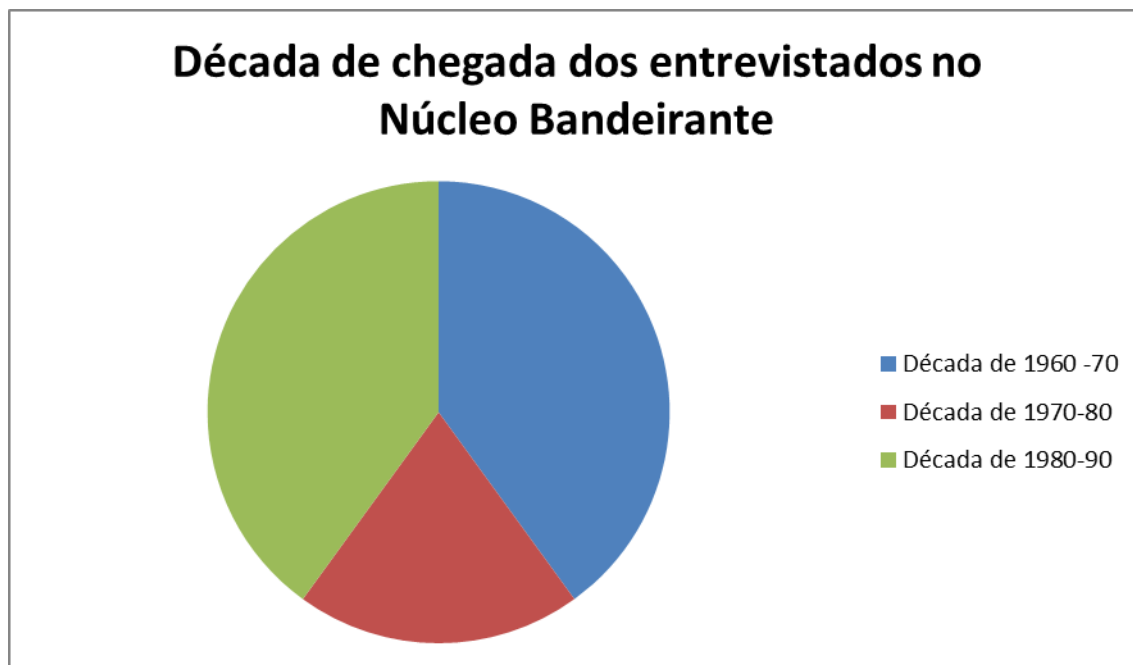
3.1) A origem e os motivos da instalação dos proprietários rurais no Núcleo Bandeirante.

Este primeiro tópico tem como foco principal descobrir a época da chegada de todos os entrevistados da pesquisa e relacionar os relatos deles com a história da vinda de cada um deles. Assim, elaborar uma análise dos motivos que atraíram a migração de todos os proprietários para o Núcleo Bandeirante, como também, o período da chegada dos entrevistados à Cidade Livre.

A seguir será apresentado um gráfico representativo com a chegada dos proprietários no Núcleo Bandeirante. As datas foram definidas em décadas, pois assim é uma forma de aglomerar a mesma época da vinda dos entrevistados.

As datas relatadas foram relacionadas da seguinte maneira: entre 1960 a 1970, entre 1970 a 1980 e por fim entre 1980 e 1990. Dos entrevistados 40% são do primeiro período, 20% entrevistados do segundo período e 40% do terceiro período.

Gráfico1 – Década de chegada dos entrevistados no Núcleo Bandeirante



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Diante dos relatos dos entrevistados ficou evidente que a vinda primeiramente a Brasília seria a busca de melhores condições de vida. A migração de todos entrevistados

ocorreu entre o final dos anos 60 até os anos 80. Na fala de vários entrevistados notou-se que a vinda destes para Brasília tinha como objetivo também o de moradia. A proprietária quatro relatou: “Comprei a chácara como moradia 66. Em 1972 que iniciamos o trabalho no campo”.

Figura 11- Produção de frutas em uma das chácaras.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Percebe-se na fala do proprietário sete: “A vinda do meu pai foi em 1982. Foi motivada por melhores oportunidades e condições de vida que seriam encontradas em Brasília na época”, que nessa época ficou marcada a migração muito forte para Brasília, pois a cidade estava crescendo e a propaganda da época seria de uma cidade moderna e com melhores condições socioeconômicas.

[...] lá pela década de 50, se inicia uma nova migração, desta vez para a nova capital do país, Brasília. A migração para Brasília fez surgir inúmeras cidadelas que não estavam nos planos de infra-estrutura e que, por terem se instalado nos arredores da grande capital, foram chamadas de “cidades-satélite. Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/> acesso Maio de 2015.

Com essa necessidade elevada de trabalhadores para a construção de Brasília, o crescimento populacional de Brasília ocorreu de forma muito rápida e espontânea. Segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico do DF, nos primeiros 10 anos de existência oficial a população do Distrito Federal aumentou de forma surpreendente. Pois, “Em sua primeira década de existência, a população do Distrito Federal passou de 141.742 para

537.492 pessoas, entre 1960 e 1970. Uma alteração relevante também ocorre a partir da década de 70". Fonte: <http://www.zeedf.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20II%20-%20Socioeconomia.pdf> acesso em Maio de 2015.

Em 1940, cerca de 30% da população eram considerados urbanos. Já na década de 70, cerca de 60% de população – aproximadamente 78 milhões de pessoas – viviam em áreas urbanas, principalmente em áreas metropolitanas. Apesar de as metrópoles estarem firmando-se no cenário nacional com um crescimento cada vez mais expressivo, constatou-se a pulverização de pequenas cidades sem que houvesse um número aceitável de médios centros para apoiá-las. (SERRANO, 2013, p 186).

Outro aspecto importante verificado na pesquisa foi que ocorreu um crescimento populacional elevado não somente em áreas metropolitanas à cidade de Brasília, mas como em todo o Brasil em que outras cidades que também foram alvo de grandes migrações. Um fenômeno de migração que aconteceu em nível nacional.

3.2) Propriedade arrendada x escritura própria

Neste segundo tópico tem como objetivo principal evidenciar as propriedades que são arrendadas e que possuem escritura própria. Assim analisar quais as propriedades possuem a posse legal ou indefinida das chácaras. Com base nas entrevistas os resultados obtidos são determinantes na compreensão deste tópico.

Foi verificada na pesquisa que apenas 30% das propriedades tem a escritura própria. As outras 70% das propriedades são arrendadas ou com concessão de uso. As propriedades que têm escritura estão localizadas ao redor do Núcleo Bandeirante, demarcadas na Agrovila Vargem Bonita. As propriedades arrendadas estão todas encontradas na Avenida Contorno, antigo setor de chácaras NBI e NB II.

Figura 12- Avenida Contorno – Antigo Setor de Chácaras NBI.



Fonte: Google maps. Disponível em <<https://maps.google.com.br>>. Acesso em junho de 2015.

Imagem 13 – Avenida Contorno – Antigo Setor de Chácaras NBII.



Fonte: Google maps. Disponível em <<https://maps.google.com.br>>. Acesso em junho de 2015.

Gráfico 2 – Propriedades Arrendadas x Propriedades Escrituradas

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Ao longo das entrevistas ficou nítida a importância dessas propriedades como moradia e a permanência da produção rural em meio urbano no Núcleo Bandeirante. Ficou evidente nas falas, dos entrevistados, uma identidade local muito forte.

Nas respostas notam-se algumas diferenças aparentes com relação ao conhecimento da quantidade efetiva da produção.

Isto é, um sistema social no qual a agricultura frequentemente gera a menor parte da renda, pouco pesando na formação do PIB do território considerado, mas garantido um conjunto de infra-estrutura fundamentais: casa própria, um espaço menos restritivo e alimentação mais saudável e econômica. (VEIGA, 2006, p. 336)

Uma parcela dos participantes espontaneamente após a entrevista relatou que antigamente eram conhecidos na cidade como posseiros, porque eram pequenos produtores agrícolas que inicialmente plantavam para subsistência e vendiam apenas as sobras ou o excedente da produção.

Em dados retirados de um mapa localizado em uma das salas da Administração do Núcleo Bandeirante estava escrito as dimensões do núcleo rural NB I e NBII. De acordo com o mapa PT-01, Departamento de terras rurais GDF-SAP-FZDF-DTR em 09/03/84 o núcleo rural NBI tem área de 32,7757 hectares e núcleo rural NBII 5,9280 hectares.

Essas são as áreas rurais da Avenida Contorno. As propriedades rurais que não tem a escritura definitiva estão localizadas nessa avenida. Os proprietários que responderam que as propriedades são arrendadas estão todas localizadas na Avenida Contorno, antigo setor de chácaras NBI e NB II.

Como a maior parte das chácaras são arrendadas, elas são regulamentadas pela Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, pelo Estatuto da Terra. O arrendamento busca melhorar a condição de vida dos proprietários e trabalhadores. Mas estas chácaras são “obrigadas” a manterem, segundo o Estatuto da Terra, “níveis satisfatórios de produtividade” e principalmente “assegura a conservação dos recursos naturais”.

Os alimentos produzidos por essas chácaras da pesquisa tem uma produção muito diversificada, mas o semelhante dessas propriedades é que em quase todas as propriedades produzem hortaliças. No quadro a seguir será detalhada com base na pesquisa e a produção de cada proprietário será apresentada com relação à produção.

Quadro 8 – Respostas relacionadas com a produção agrícola.

Proprietários	Produção Agrícola
Proprietário 1	Alface americana, alface crespa, chuchu. Hortaliças.
Proprietário 2	Folhagens em geral, flores produtoras e flores decoradoras.
Proprietário 3	Alface, cheiro verde, couve. Hortaliças.
Proprietário 4	Mexerica, manga, hortelã, arruda, alevante. Hortaliças.
Proprietário 5	Leguminosas. Alface, acelga, cebolinha, couve.
Proprietário 6	Alfaces, cebolinhas, coentro e um pouco de banana.
Proprietário 7	Cheiro verde, alface, acelga, brócolis, gengibre, abobrinha e repolho.
Proprietário 8	Folhagens e frutas.
Proprietário 9	Pequi, manga, mexerica e hortaliças.
Proprietário 10	Hortaliças e leguminosas.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

A maior porcentagem dessas propriedades é concessão de uso de acordo com a entrevista. Em algumas dessas chácaras são produzidos alimentos orgânicos que consumidos com frequência aumentam a saúde dos que consomem. Essas propriedades arrendadas ou com escritura fazem parte da agricultura urbana da cidade do Núcleo Bandeirante. Essas chácaras tem função muito importante na manutenção de áreas verdes e produtivas no Núcleo Bandeirante, elas fazem maior integração entre cidade e campo. Por fim, esses produtores são sujeitos rurais que habitam o meio urbano.

Imagem 14 - Atividade agrícola próxima prédio na Avenida Contorno.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015

3.3) Produtos/serviços e quantidades produzidas nas propriedades

O terceiro tópico tem com objetivo central perceber quais são os produtos e serviços dessas chácaras, as interações dos proprietários com os comerciantes da cidade e a sua relação econômica e social com o Núcleo Bandeirante.

Foi possível verificar de modo geral que em todas as propriedades que realizam a atividade rural tem a produção destinada principalmente ao mercado local do Núcleo Bandeirante e outras Regiões Administrativas como o Guará.

A proximidade geográfica da área em que são cultivados os produtos, os consumidores intermediários e finais são muito evidentes. Fato que é comprovado na distribuição das mercadorias produzidas pelos produtores da cidade, que são realizadas pelos próprios entrevistados. Percebe-se tal análise por meio da fala do proprietário nove: “É localizado no mercado local mesmo. Ali pra feira permanente e pros mercados

daqui mesmo do Núcleo Bandeirante. E também na época da colheita pro CEASA. Não produzimos pra exportar, somente aqui no Bandeirante mesmo”. E na resposta do proprietário oito: “Principalmente o Núcleo Bandeirante e o Guará. Só no Distrito Federal”.

Tais manifestações são marcadas por forte sentido de pertencimento, destinados sustentar os pequenos mercados locais que se apoiam nesse ou naquele produto típico. (VEIGA, 2006, P.336)

O segundo destino da produção rural dos agricultores urbanos do Núcleo Bandeirante é o Centro de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF). O Ceasa como é conhecido por todos os entrevistados tem uma significativa importância na produção rural do Núcleo Bandeirante e de Brasília, pois é o local onde estão localizadas e encontradas todos os insumos e todas as atividades que abastecem o Distrito Federal.

Ocorre apenas em uma propriedade esporadicamente o comércio fora do Distrito Federal. Verifica-se na fala do proprietário cinco quando diz: “Basicamente o Ceasa. Existem uns comerciantes que compram da gente e levam para Unaí”. Esse é o único produtor que tem uma parte destinada da sua produção para Unaí, uma das cidades de Minas Gerais mais próximas de Brasília.

No quadro abaixo, encontram-se os destinos da produção de cada produtor. Fato marcante é que todos os entrevistados comercializam a sua produção com comerciantes, feirantes ou supermercados do Núcleo Bandeirante.

Quadro 9 – Respostas relacionadas com o destino final da produção agrícola.

Proprietários	Destino da Produção		
	Núcleo Bandeirante	CEASA ou DF	Exportação
Proprietário 1	Sim	Sim	Não
Proprietário 2	Sim	Sim	Não
Proprietário 3	Sim	Sim	Não
Proprietário 4	Sim	Sim	Não
Proprietário 5	Sim	Sim	Sim
Proprietário 6	Sim	Sim	Não
Proprietário 7	Sim	Sim	Não
Proprietário 8	Sim	Sim	Não
Proprietário 9	Sim	Sim	Não
Proprietário 10	Sim	Sim	Não

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Essas chácaras, áreas rurais dentro da cidade, ainda produtoras agrícolas estão desenvolvendo ações e reações diversificadas. Numa tentativa de evolução de sua renda e como resposta ao mercado do Núcleo Bandeirante. Cidade que exerce uma relação microeconômica muito forte com essas propriedades.

Os diferentes desempenhos econômicos e sociais das áreas rurais têm sido vistos como “respostas locais ao processo de globalização. (VEIGA. 2004, p. 61).

Assim como Graziano (2001) diz que “o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra – e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente – está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo.” (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 23).

A promoção da diversidade biológica poderá ser um fator comercial na dinamização das regiões rurais, particularmente nas áreas tropicais do País, nas quais o crescimento econômico já não tenha destruído os

atrativos naturais que podem captar rendas urbanas das classes médias e altas. Nelas será perfeitamente possível incentivar simultaneamente a conservação da biodiversidade e a criação de empresas e empregos. Ou seja, neste caso, as restrições ambientais poderão alavancar o dinamismo econômico em vez de prejudica-lo. (VEIGA, J. E. 2001, p 109).

Foi possível identificar neste trabalho que as chácaras analisadas estão localizadas dentro e muito próximas a cidade. A agricultura urbana tem justamente que aproveitar esses espaços rurais próximos à cidade e desenvolvê-los. Então, essa atividade rural desenvolvida na cidade em vez de atrapalhar tem uma função inversa, que é a dinamização dessas áreas na cidade. Outra característica marcante neste tópico foi a participação imbricada entre a produção agrícola desses produtores com o Núcleo Bandeirante, o local de consumo destes produtos.

As propriedades em geral já elaboraram maneiras independentes e distintas de locomoção de seus produtos. A maioria dos produtores comercializa a produção de forma direta e indireta com os seus clientes são eles muito variados restaurantes, feiras, supermercados e varejões. Nota-se a dependência desses consumidores intermediários e finais da produção agrícola realizada nas chácaras dos entrevistados do Núcleo Bandeirante.

3.4) Incentivos financeiros do governo

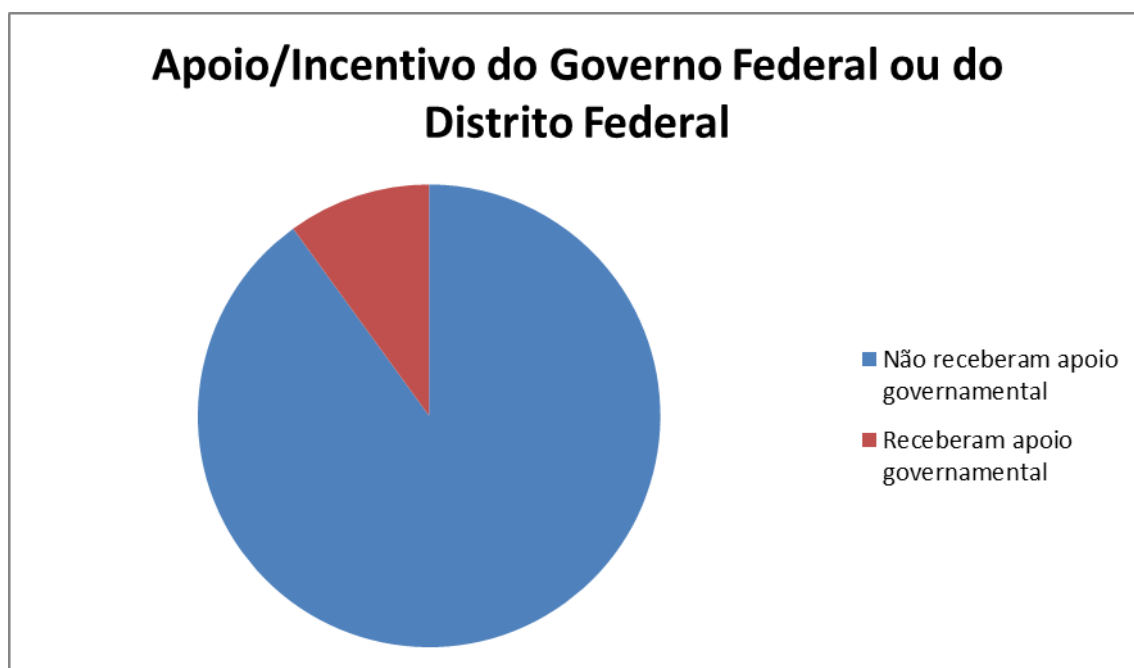
Essa parte do trabalho tem como temática principal verificar a existência ou não dos investimentos privados e principalmente públicos para esses proprietários e outros da cidade. Nesse viés, por quais os motivos ocorrem ou não esse apoio de empresas públicas ou privadas. Nesse sentido este quarto tópico será analisado de acordo com as respostas obtidas com a entrevista e com uma pesquisa que foi realizada na Administração Regional e na associação existente no Núcleo Bandeirante.

Verifica-se pela análise das entrevistas que em relação ao apoio do Governo Federal, 90% dos proprietários não receberam auxílio do Governo Federal e da Administração da cidade.

Os entrevistados que não recebem apoio nenhum do Governo Federal até

elevaram o tom de voz ao responder e disseram de maneira ríspida e direta que não receberam nenhuma ajuda pública ou privada, seja de investimentos, no auxílio a crédito.

Gráfico 3 – Apoio/Incentivo do Governo Federal ou do Distrito Federal.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Essa análise é fundamentada nas seguintes falas dos proprietários 2, 3 e 4 respectivamente: “Nadinha, nadinha. Eles nem passam aqui. Nenhuma ajuda”, “Não recebemos não”; “Não. Nada. Não chegam nem no portão. Sem nenhuma ajuda, ajuda só de Deus”; “Tentei pedir uma ajuda pra comprar um trator pra aumentar a minha produção e não me ajudaram. Não ajudam mesmo”.

Outro aspecto importante é a de que também não houve procura dos auxílios do Governo do Distrito Federal por parte de alguns dos entrevistados. Isso é apresentado no quadro a seguir com relatos dos proprietários 1 e 9:

Quadro 10 – Respostas relacionadas com o apoio/incentivo do GDF.

Proprietários	
Proprietário1	Não. Nenhuma. Mas é por falta de ir atrás mesmo. Nunca corremos atrás disso.
Proprietário 9	Na nossa propriedade não recebemos apoio nenhum. Nunca vieram atrás da gente, mas também nunca pedimos nada. Já passamos por fases complicadas, mas nunca fomos atrás de investimento do governo federal não.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

É interessante observar que o único proprietário correspondente a 10% que já receberam algum auxílio do Governo Federal foi uma ajuda somente na aquisição da propriedade e não o incentivo na sua atividade rural. Temos aqui a resposta do proprietário seis que respondeu da seguinte maneira: “Ajuda somente quando eu consegui a chácara, mas ajuda na produção mesmo nunca”.

Outra resposta interessante de ser analisada foi a do proprietário cinco: “Não nunca quiseram nos ajudar. Mas já fomos do Pronaf e agricultores rurais”. Nota-se que o Governo Federal já foi atrás pelo menos de uma propriedade rural do Núcleo Bandeirante, mas não concedeu nenhum apoio na produção do proprietário cinco.

De maneira geral os entrevistados quando foram atrás de ajuda e incentivos do Governo Federal não conseguiram apoio. Os que não foram atrás de incentivos também não foram procurados pelo Governo Federal. Ou então o Governo Federal nunca apoiou, mas quando o PRONAF foi à propriedade rural não passou apenas de um cadastro e nada de ajuda ou crédito ao produtor.

Os investimentos das políticas públicas, de maneira geral, não tem um resultado positivo como o esperado. Para garantir melhores resultados é necessário embasar as políticas públicas de maneira especial às populações mais excluídas da sociedade, pois essas são as populações mais carentes. São diversos motivos que explicam a dificuldade de uma implementação de políticas públicas. A mais evidente é executar políticas de longo prazo, com investimentos muito elevados e sem uma “resposta” positiva de imediato. Outra dificuldade encontrada é a falta da participação dos “atores” como,

sociedade e movimentos sociais na formulação de políticas públicas mais eficientes.

as políticas sempre tiveram resultados insuficientes e/ou inadequados no que tange à sua efetiva capacidade de incorporar as populações mais carentes aos seus sistemas de atendimento. “Quebrar” esta desigualdade da própria distribuição dos equipamentos públicos em todos os setores da atividade estatal é um processo extremamente difícil, pois envolveria políticas de longo prazo, bastante custosas, e sem resultados práticos num primeiro momento de sua execução. todos os movimentos sociais, intelectuais públicos e partidos progressistas. Por serem movimentos mais frágeis – do ponto de vista financeiro e organizacional – estes atores acabam conhecendo maiores dificuldades para terem suas pautas cotejadas. (CONTEL, 2014, p.1)

A administração pública de modo geral tem demonstrado resultados insuficientes a respeito da manutenção e apoio a essas áreas rurais próximas a cidade. Existe uma desorganização interna do poder público para implementar ações de incentivos a essas chácaras.

O resultado desse jogo de interesses é que os municípios brasileiros não têm poder de legislar sobre as áreas que compõem a grande maioria do seu território. Supostamente, quem deveria fazer a regulação das áreas rurais seria o governo federal por meio do Incra e do Ibama, o primeiro, de todos os imóveis situados em áreas rurais; e o segundo, dos recursos naturais (nascentes, córregos, rios, florestas, fauna e flora etc.) Mas, infelizmente, com o desmonte dos órgãos de extensão rural, hoje essa regulação é extremamente conflitiva ao definir as atribuições dos órgãos envolvidos, e extremamente falha na sua cobertura efetiva. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 33).

O que mais faz falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução [...] ou seja, o papel dos governos federal e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser auto-financiadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial. (VEIGA, J. E. 2001, p 109).

O que mais chama atenção foi uma fala de um dos servidores da Administração do Núcleo Bandeirante quando questionado se existiria algum dado atual sobre a produção rural do Núcleo Bandeirante. Ele relatou o seguinte:

Existia uma pasta da produção rural do Núcleo Bandeirante, mas acho que há uns 6 ou 8 anos atrás ela foi desativada. Porque a produção rural estava muito baixa e não tinha ninguém pra continuar com esse trabalho aqui na administração. E também várias deixaram de existir e viraram moradia. (Servidor da Administração do Núcleo Bandeirante).

Precisa ser uma lei que contemple as outras dimensões essenciais da vida rural. Uma lei que ajude as áreas rurais a garantir o bem-estar e a cidadania aos que nelas preferiram viver. Enfim, uma lei que facilite o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida mais diretamente relacionados com a natureza. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI. 2001, p 31).

Observa-se o descaso com essas propriedades da cidade onde antigamente ainda existia na Administração Regional uma área da administração que cuidava dessas chácaras pelo fato de que muitas viraram moradia, a produção diminuiu e não continuou com a pasta sobre agricultura. Sobre isso é importante ressaltar que o funcionário aborda um tema que será relacionado na pergunta seis, sobre a especulação imobiliária.

[...] é necessário criar um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais. Trata-se, em última instância, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural se, necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural as mesmas possibilidades que encontraria nos centros urbanos. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI. 2001, p 51).

Para finalizar essas chácaras necessitam principalmente de ajuda de políticas públicas do Distrito Federal. Como uma forma de melhora na condição de vida desses produtores rurais urbanos. Onde eles possam usar e identificar as mesmas condições encontradas na área urbana da cidade, como saneamento básico, asfalto, enfim, toda a parte de infraestrutura que só é implantada na área urbana da cidade.

3.5) O interesse da especulação imobiliária

O quinto tópico tem como base analisar as formas e modos como a especulação imobiliária atua nessas chácaras entrevistadas na pesquisa sobre agricultura urbana do Núcleo Bandeirante.

Foi possível observar de maneira implícita que os entrevistados possuem um breve conhecimento sobre o conceito de especulação imobiliária. Pois, quando questionados sobre se houve procura para vender a propriedade utilizaram nas respostas o termo “especulação” sem maiores questionamentos. Os termos “especulação” ou “especulação imobiliária” foram utilizados pelos proprietários para responder a questão 6 da entrevista. Em uma análise mais subjetiva nota-se o pertencimento e a identidade local dos entrevistados com as chácaras, outro fato nítido nas respostas.

Observam-se nas seguintes falas dos entrevistados certo grau de pertencimento deles com a propriedade rural. Foi possível verificar nas seguintes falas dos entrevistados 2, 3, 4 e 10:

Quadro 11 – Respostas positivas relacionadas com a venda da chacara no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 2	Já, nossa! Muita gente quer saber, mas a gente nunca dá preço. Não tem preço, uma coisa assim. Dentro da cidade é difícil.
Proprietário 3	Já, mas não vende não. Faz tempo já, não me lembro bem. Moro há mais de 50 anos aqui, não quero sair.
Proprietário 4	Já. Algumas pessoas, várias vezes perguntam o preço ou se quero vender. Praticamente todo ano vem pessoas interessadas. Mas primeiro não vendo porque gosto muito de morar aqui e segundo porque não é minha a terra é do governo.
Proprietário 10	Ultimamente não. Mas há um tempo já nos fizeram propostas de troca de lote e por carros aqui pelo nosso lote. Mas nunca passou pela minha cabeça vender aqui não. E nem é possível, por causa da concessão da terra. Aqui ainda não é nosso. Aqui é muito bom de morar, é próximo de tudo.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Verifica-se o pertencimento e uma identidade local bem intensa desses proprietários com as chácaras. Fato mais marcante nos proprietários com mais tempo de moradia e cultivo no Núcleo Bandeirante. Esses proprietários são “histórias vivas” das mudanças que a cidade sofreu ao longo dos anos. Criaram memórias e histórias na cidade e em suas propriedades. Os interesses comuns desses proprietários são de que não vão sair porque lá é o lugar deles. Não, legalmente, pois as propriedades são arrendadas. Mas elas deram “vida” a essas propriedades durante muitos anos.

[...] políticas da cultura, as funções de integração, que envolve as noções de pertencimento e identificação, de regulação, que controla o comportamento individual em sociedades tradicionais, e de enquadramento, associadas às sociedades com escrita, em relação às quais o poder elabora uma constante re-interpretação da cultura. Mitchell, por sua vez, enfatiza o caráter político da geografia cultural, sugerindo mesmo que ela intervenha em políticas culturais. Corrêa .R. L. Sobre a Geografia Cultural. 2009. Fonte: http://ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm em Junho de 2015.

Ao longo das entrevistas a expressão “especulação imobiliária” foi dita várias vezes. Como nas respostas dos proprietários 1 e 8 respectivamente:

Quadro 12 – Respostas relacionadas com o termo especulação imobiliária do Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 1	Já. A especulação aqui é muito grande. Uns 2 anos atrás. De vez enquanto alguém pergunta se está a venda, um pessoal com esse negócio de grilagem ai. Principalmente alguns que se dizem corretores imobiliários. Está todo mundo de olho nesse pedacinho aqui dentro do Bandeirante. É proibido. Não pode, é extremamente proibido, mas fazem.
Proprietário 8	Já, muitas vezes. É direto os corretores vem querendo comprar. Com a especulação imobiliária tudo que plantar você consegue vender, tem facilidade de vender.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Nessas respostas ficaram claras várias formas da especulação imobiliária agir e das formas que ela ocorre na cidade. O Núcleo Bandeirante é uma cidade que está toda desenvolvida. Não há áreas ou locais disponíveis para a cidade expandir. Portanto essas chácaras são os únicos lugares “disponíveis” a um desenvolvimento ou investimento imobiliário.

A pesquisa obteve resultados esperados, mas o nível foi surpreendente. Dentre a porcentagem emitida, 90% dos proprietários já foram procurados pelo menos uma vez para vender ou trocar as suas propriedades. E apenas em um proprietário não recorda se já foi procurado ou não por um corretor ou agente imobiliário.

Gráfico 4 – Proprietários que foram ou não procurados com ofertas de compra das propriedades.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

O Núcleo Bandeirante é uma das cidades onde a especulação imobiliária age de várias formas. Um exemplo bem marcante é a proximidade a outras cidades importantes do Distrito Federal. Estão apenas a 13 e 12 quilômetros de Brasília e Taguatinga respectivamente, segundo fonte do mapa rodoviário de 2002 produzido pelo DER-DF. Com isso é uma cidade bastante procurada para a moradia devido a proximidade geográfica com várias cidades e antigamente pelo preço razoavelmente baixo dos

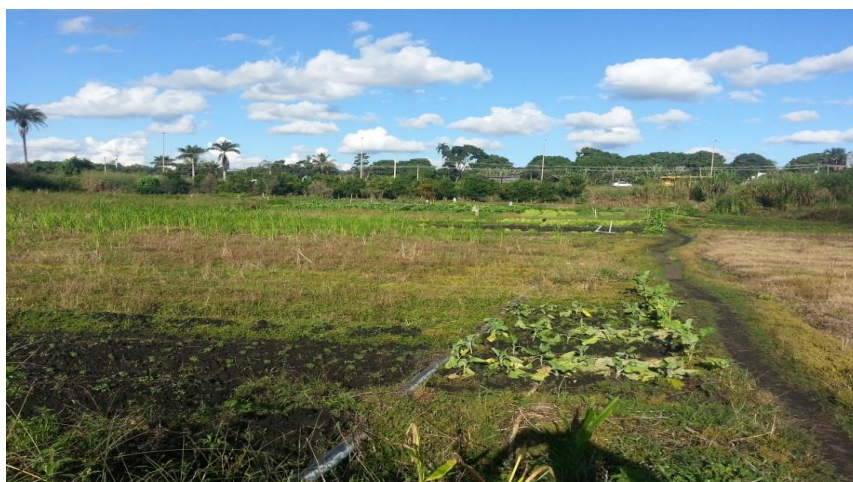
imóveis. O preço das casas já subiu muito nos últimos anos justamente pela alta procura de imóveis na cidade.

Outra análise interessante é a procura constante de corretores imobiliários a essas chácaras. Pois, nas chácaras existe uma grande área para a produção agrícola e uma área pequena que é ocupada pelas residências dos proprietários. Os corretores “enxergam” nessas propriedades uma área para a criação de casas e apartamentos. Assim a valorização dessas áreas seriam muito elevadas por meio dos investimentos imobiliários, da construção imobiliária e do aumento de infraestrutura, não necessariamente de investimentos públicos.

[...]estejam sendo vítimas de um “circuito imobiliário especulativo” mais ativo, a definição de onde vai passar o perímetro urbano tem se dado muitas vezes para atender a interesses dos “empreendedores imobiliário”: de um lado, são proprietários de glebas rurais ociosas ou subutilizadas, que estão sendo mantidas como reserva de valor, aguardando o momento mais oportuno para realizar seus lucros e que não querem ter seu imóveis sendo passíveis de tributação urbana, mais onerosa; de outro, são proprietários de glebas e empreendedores imobiliários que querem ver seus imóveis pertencentes a zona rural, sendo passíveis de parcelamento urbano, e para tanto, sendo incorporados a zona urbana. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI. 2001, p. 32).

Os espaços mais cobiçados para esse fim têm sido as áreas rurais próximas aos grandes centros urbanos. Por conta dessa proximidade, essas áreas vêm deixando de ser suporte de atividades agrícolas mais tradicionais. Muitas delas estão estocadas, como reserva de valor à espera da chegada de um processo de urbanização obsoleto, no sentido de mal desenvolvido para os padrões atuais de sustentabilidade ambiental. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI. 2001, p. 33).

Figura 15 – Chácara próxima a EPIA.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Nota-se pela fala dos entrevistados até mesmo a grilagem de terras. Ocorre quando pessoas acabam vendendo terrenos públicos ou particulares com a falsificação de documentos. Segundo a definição sobre grilagem da Subsecretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal (SEOPS) também está relacionada com a especulação imobiliária.

A venda ilegal de terrenos que pertencem ao poder público ou de propriedade particular com falsificação de documentos de propriedade da área é a chamada GRILAGEM DE TERRA. Segundo o artigo 50 da Lei nº 6.766/1979, o cidadão que for flagrado exercendo essa prática poderá ter punição prisão e pagamento de multa. A grilagem de terra está associada à especulação imobiliária, venda de madeiras e lavagem de dinheiro. Fonte: <http://www.seops.df.gov.br/frentes-de-fiscalizacao/2012-08-21-17-01-06/grilagem-de-terra.html> em Junho de 2015.

Mas existem vários motivos que ainda essa pressão imobiliária não conseguiu êxito. A principal é de que essas chácaras estão perto de um córrego, ou o córrego passa entre a propriedade, o córrego Riacho Fundo. E pela Lei Federal 7.803 essas áreas são conhecidas como Área de Preservação Permanente (APP) e não podem existir construções próximas a essas áreas. A lei determina que a área de varia de 30 a 500 metros de preservação total as margens dos cursos d'água. No caso do Núcleo Bandeirante devido à largura do córrego Riacho Fundo devem ser protegidos 30 metros da margem do córrego, pois o córrego tem largura menor que 10 metros.

Os limites das APPs às margens dos cursos d'água variam entre 30 metros e 500 metros, dependendo da largura de cada um, contados a partir do leito maior. Também devem ser mantidas APPs em um raio de 50 metros ao redor das nascentes e “olhos d'água”, ainda que sequem em alguns períodos do ano. As APPs se destinam a proteger solos, águas e matas ciliares. Nessas áreas só é possível o desmatamento total ou parcial da vegetação com autorização do governo federal e, mesmo assim, quando for para a execução de atividades de utilidade pública ou de interesse social. Para derrubada de vegetação nas APPs em perímetro urbano, o -código orienta que se siga o previsto no plano diretor e as leis de uso e ocupação do solo do município, desde que observadas as restrições impostas pela lei ambiental.

Fonte:
<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente.aspx> em Junho de 2015.

Outro motivo que impede a construção de casas e apartamentos nos locais das chácaras é que aquelas são áreas com concessão de uso, direito de uso concedido aqueles proprietários. Portanto, não deveria existir possibilidade de venda. O que não ocorre na verdade. Fato que ficou evidente nas entrevistas, pois vários proprietários deixaram a produção agrícola e repartiram ou lotearam as chácaras para venda a outras pessoas para moradia.

Mas a especulação imobiliária não se resume apenas a construção de imóveis. É importante ressaltar uma renda transferida de outros setores, como por exemplo, investimentos públicos beneficiando imóveis privados. Principalmente em infraestrutura e construções de uma malha ferroviária próxima a essas áreas.

A análise sobre a procura de corretores imobiliários as chácaras foi bastante evidente em todas as entrevistas. Um fato bastante curioso a se destacar é a forma que esses agentes imobiliários estão atuando nessas propriedades. Estão abordando a temática de propriedades ligada com a questão ambiental e a sustentabilidade. Principalmente usar a beleza natural dessas chácaras como atrativo aos investimentos imobiliários.

A especulação imobiliária, portanto, caracteriza-se pela distribuição coletiva dos custos de melhoria das localizações, ao mesmo tempo em que há uma apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias. <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria/> em Junho 2015.

[...] a especulação imobiliária que continua jogando o perímetro urbano, os loteamentos e a população para áreas distantes encarecendo muito a extensão dos serviços e da infra-estrutura urbana. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI. 2001, p. 34).

Nesse sentido a especulação imobiliária se apropria dos benefícios da agricultura urbana, pois o seu objetivo principal é aumentar a disputa e conseqüentemente elevar os preços dos imóveis próximos a essas chácaras. Sendo assim agregados valores ambientais aos imóveis nas redondezas dessas propriedades.

Figura 16 – Áreas de resistência à pressão imobiliária.



Fonte: Google maps. Disponível em < <https://maps.google.com.br> – acesso em Novembro/2014> Acesso em: junho de 2015.

3.6) Perspectivas de futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante

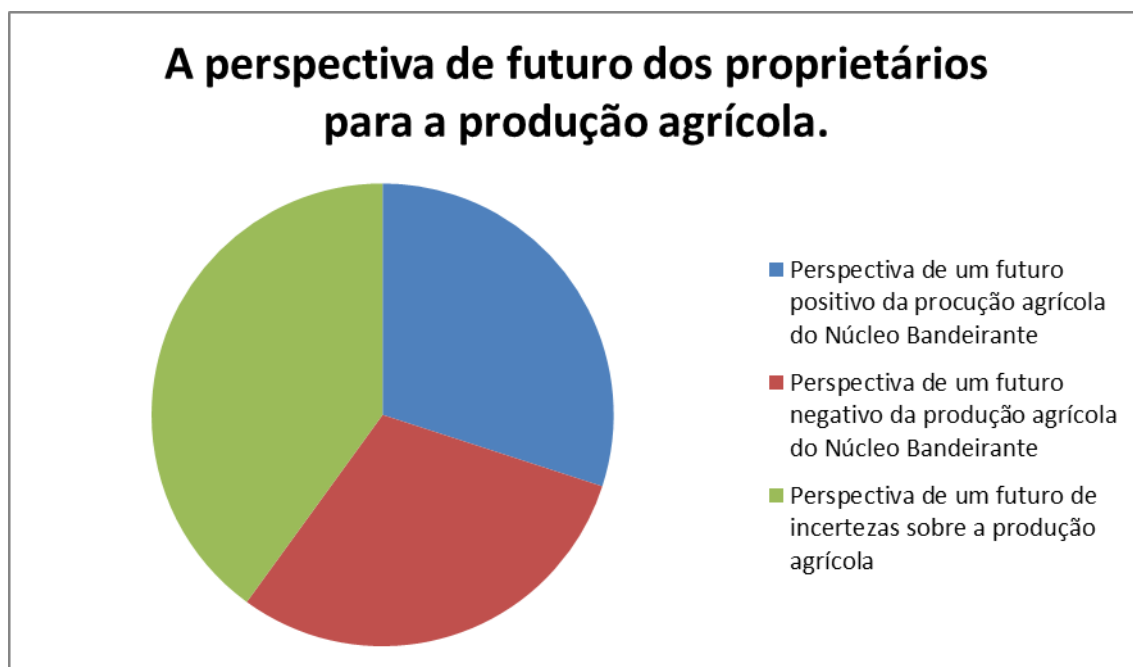
Apresenta-se neste tópico a pergunta central e a mais importante deste trabalho. Essa pesquisa tem como foco entender e perceber a perspectiva dos produtores rurais de futuro e da produção rural do Núcleo Bandeirante. Dentre os objetivos consta analisar o processo de resistência desses proprietários com a urbanização desordenada e a especulação imobiliária muito forte na cidade. A proposta foi avaliar de maneira imparcial e analítica as respostas dos entrevistados. Nesse sentido compreender a perspectiva de cada propriedade baseando-se nas respostas de cada um dos proprietários. Esse é o objetivo principal deste trabalho.

Por ser considerada como uma pergunta central da monografia há a necessidade de todas as respostas dos entrevistados estarem adicionadas neste tópico. Dessa forma a análise será bem estruturada com a realidade de todos os proprietários.

As respostas dos entrevistados foram muito interessantes, diversas e diferentes da visão de cada um, relativas ao futuro das propriedades e principalmente da continuidade da produção agrícola. Foram qualificadas em três definições: A perspectiva de um futuro positivo na produção agrícola; a perspectiva de um futuro negativo e por fim, a perspectiva de incertezas sobre o futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante. Assim classificadas para uma análise mais próxima da visão de cada um deles com a realidade.

Os números das respostas foram bem próximos com relação à expectativa de futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante. Dentre os entrevistados que esperam um futuro positivo foram 30%, dos que esperam um futuro negativo foram 30% e dos que não sabem o que esperar da produção rural da cidade foram 40% dos proprietários.

Gráfico 5 – A perspectiva de futuro dos proprietários para a produção agrícola.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Os proprietários que foram classificados com a definição de que tem uma perspectiva positiva com a produção agrícola foram os entrevistados 4,7 e 10 e suas falas são verificadas no quadro a seguir:

Quadro 13 – Respostas relacionadas com a perspectivas positivas da produção agrícola do Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 4	Tenho sentimento de melhora. Quando se Deus quiser, eu comprar um trator pequeno vai me ajuda muito, vou aumentar a minha produção de quantidade. E cultivar mais coisas.
Proprietário 7	É um mercado prospero, visto que muitas pessoas procuram melhorar sua alimentação consumindo verduras e folhagens.
Proprietário 10	A minha perspectiva aqui é de enquanto eu estiver aqui vou continuar produzindo a minha produção e cada vez melhorando mais. Até porque o mercado local depende muito da gente. Eles compram muito no CEASA, mas compram bastante aqui da gente. Até porque é muito próximo deles então sai mais barato.

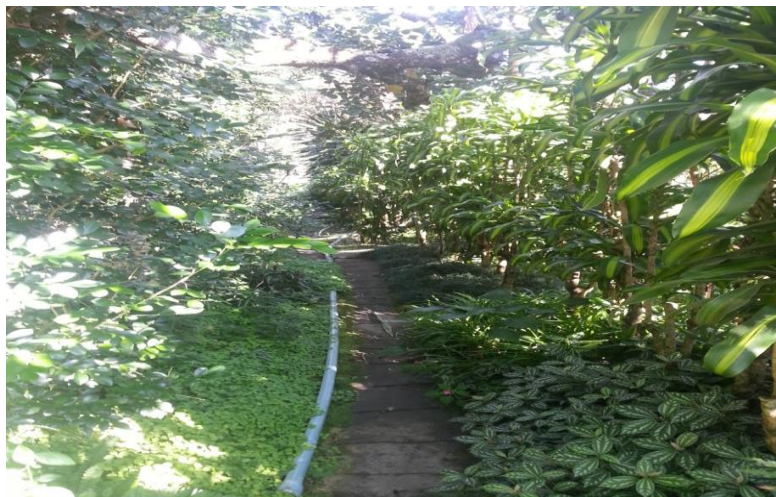
Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

É interessante observar que estes proprietários rurais pensam positivamente a respeito da produção agrícola da cidade, mas tem interesses diferentes. No caso dos proprietários quatro e sete, a produção agrícola é uma forma de auxílio na renda da família, diferentemente do proprietário dez que tem na produção sua fonte principal de renda. São percebidas perspectivas diferentes em cada um dos entrevistados.

O que mais chama atenção na resposta da proprietária quatro é que a única coisa que impede uma melhor plantação é a necessidade de um trator para auxiliar na produção da chácara. Mas quando estiver com o trator a sua produção vai aumentar e tornar possível um cultivo mais rápido e de maior quantidade. E ela citou em outra resposta que a produção agrícola “ajuda apenas na despesa da casa”. Neste caso a produção agrícola nestas chácaras é uma pluriatividade, segundo (Graziano; Marc; Bianchini 2001) como:

[...] a pluriatividade é em grande parte uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas pobres que vêm tendo perdas substanciais de sua renda em função da queda dos preços das nossas principais “commodities. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 16).

Figura 17 – Local de cultivo de folhagens.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

No caso do entrevistado sete, o produtor rural enxerga um futuro promissor da produção agrícola muito embasado no consumo de uma alimentação mais saudável. Outra análise importante é a da alimentação mais saudável, que atualmente está

ganhando muita força, principalmente pela alimentação de produtos orgânicos.

No caso do proprietário dez, o mesmo comentou sobre a dependência que o comércio da cidade tem com os produtos produzidos pelos produtores do Núcleo Bandeirante. Diante dessas falas foi possível analisar que o futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante pode ter um aumento relativo se incentivado por políticas que auxiliem esses produtores.

[...] o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no que se refere a permitir uma melhor representação dos diversos atores. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 24).

Diferentemente dos proprietários analisados acima, estes tem uma perspectiva negativa com a produção agrícola do Núcleo Bandeirante. Os entrevistados são 1,5, e 6 e suas falas são as seguintes respectivamente:

Quadro 14 – Respostas relacionadas com a perspectivas negativas da produção agrícola do Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 1	A perspectiva é que tem vários anos que eles comentam é que vai ser retirada daqui. Eles querem fazer um cinturão verde (Brazlândia, Planaltina) ao redor de Brasília. Se entrar um político mais forte ai ele remove isso aqui. É especulação, não tem nada certo não. O Bandeirante não tem como desenvolver pra nenhum lado. Toda época de política (eleição) se comenta de fazer uma 5° avenida aqui. Edificações altas, casas populares altas, ai tem o pessoal que trava. Mas já comentaram em vários anos isso de forma uma 5° avenida aqui no Bandeirante. E o que acabaria a qualidade de vida daqui. Mas o futuro é que se a Administração decidir retirar todos nós, teremos que sair. Não temos garantia nenhuma de ficarmos aqui. Então é de certo modo negativa.

Proprietário 5	No Núcleo Bandeirante, sinceramente está parado. A família está colocando os filhos mais pra estudar e outros produtores estão loteando as chácaras para moradia. Deve acabar aqui um dia.
Proprietário 6	O futuro aqui é bem pra baixo, não vejo melhora na produção nossa aqui não. A produção que faço é pra ajudar na renda da gente mesmo e porque eu gosto de mexer com a terra.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

O que foi verificado de certa forma são duas percepções negativas. A primeira a de indefinição de continuidade dessas chácaras. Outra percepção é a da produção agrícola cair ou até mesmo acabar na cidade.

A primeira indica várias formas da não continuidade das chácaras pela especulação imobiliária, assunto que já foi tratado no tópico anterior. Mas, uma novidade é a da intervenção política, que pode determinar o fim do arrendamento dessas chácaras. Assim expulsando esses proprietários arrendados.

A segunda é a de que a produção agrícola está perdendo força e interesse dos proprietários a qual o cultivo não está mais gerando a renda esperada e não ocorre uma relativa melhora nos processos de produção, assim não estão conseguindo aumentar a produção e renda.

Que o essencial de uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais (e também para as urbanas) hoje no Brasil tem que ser o combate a pobreza por meio da “criação” de novas oportunidades e não simplesmente por meio de políticas compensatórias, sabidamente insuficientes para tirar os pobres da situação de exclusão em que se encontram. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 9).

Os entrevistados que responderam que não tinham nenhuma percepção com o futuro da produção agrícola do Núcleo Bandeirante tiveram respostas bem diretas e objetivas. As falas a seguir são dos proprietários 2,3, 8 e 9 respectivamente:

Quadro 15 – Respostas relacionadas sem nenhuma perspectiva da produção agrícola do Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 2	É isso daqui mesmo. Não tem pra onde ir. Vai ficar do jeito que está eu acho.
Proprietário 3	Não sei. Não diminui não. Mas tão ficando abandonadas as chácaras. Só tem mata. Tem pouquinhos de hortaliças. Aqui é só o meu marido que trabalha.
Proprietário 8	Não penso não. Não vivemos somente da produção. É uma segunda opção. A produção é em tempo vago.
Proprietário 9	O futuro aqui é incerto. Acho que dificilmente vejo alguma melhora na nossa produção agrícola e do Bandeirante. Se ajudassem seria outra história.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Nota-se certo tom de falta de expectativas positivas com a produção de cada um dos proprietários, baseadas nas próprias respostas. Como falta de incentivo, de crédito para investir na produção ou simplesmente o da permanência entre outros. Mas de uma forma geral é perceptível que não existe nenhum desejo de sair dessas chácaras. A resistência desses produtores rurais ficou bem clara em todas as respostas da entrevista. Analisa-se em sequência:

Que o essencial de uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais (e também para as urbanas) hoje no Brasil tem que ser o combate a pobreza por meio da “criação” de novas oportunidades e não simplesmente por meio de políticas compensatórias, sabidamente insuficientes para tirar os pobres da situação de exclusão em que se encontram. (GRAZIANO; MARC; BIANCHINI, 2001. p. 9).

O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quantos as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza [...] a fase mais recente da globalização parece estar indicando que a ruralidade terá diversos destinos. (VEIGA, 2005, p. 12).

Para finalizar, a visão de futuro dos proprietários é bem diferente de vários modos e maneiras distintas. Até os que têm a mesma perspectiva de futuro tem interesses

diferentes uns dos outros. O destino desses moradores e produtores rurais em área urbana será muito difícil de ser desvendado e conhecido. Mas, o que é comum a todos é o desejo de permanecer nessas propriedades. Seja por motivos econômicos ou sociais, todos gostariam de continuar produzindo independentemente da quantidade produzida. Isso é o que mais marca este tópico os quais todos os entrevistados têm o mesmo pensamento. A perseverança e a perspectiva de permanência em suas chácaras.

3.7) Utilização de agrotóxicos x produção orgânica

Os dados coletados desse tópico apresentam que dos 10 entrevistados, 6 utilizam agrotóxicos e não utilizam agricultura orgânica e 4 não utilizam agrotóxico e realizam a agricultura orgânica. Resultados de certa forma inesperados. O esperado era uma maioria da produção convencional em que os insumos químicos são utilizados. Na pesquisa existiu uma grande porcentagem de agricultores orgânicos, algo bastante positivo na questão ambiental e ecológica. Todavia, a pesquisa revelou que a agricultura convencional é a mais utilizada.

Gráfico 6 – Utilização de Agrotóxico na produção/Produção orgânica



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

A maioria dos proprietários utiliza intensivos químicos na produção agrícola.

Algumas das justificativas desse modo de produção convencional são bastante variadas. As falas de alguns dos proprietários que utilizam agrotóxico como, os entrevistados 1,5 e 10 seguem a seguir respectivamente, e serão analisadas posteriormente:

Quadro 16 – Respostas relacionadas com a utilização de agrotóxico no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 1	Não tem produção orgânica. Tem um mínimo de agrotóxico, mas tem sim com o esterco de galinha.
Proprietário 5	Sim. Existe, mas é pouca a utilização de agrotóxico. Por que se não usar, não cresce. Não usamos produção orgânica não, tenho pouco conhecimento sobre esse tipo de produção. Mas já ouvi falar e vi em jornais.
Proprietário 10	Sim, nós aqui utilizamos um pouco de agrotóxico. Utilizamos para garantir a produção. Não, não fazemos produção orgânica aqui não. Tem um vizinho que faz, mas a produção dele também é menor.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

No geral os proprietários que utilizam agrotóxicos, justificam que eles são usados para “garantir” a produção. Ou até mesmo dizendo que a não utilização de insumos químicos a plantação vai crescer. É um pensamento bastante comum ainda em todos os entrevistados que utilizam a produção convencional.

Há a necessidade também de analisar a forma como eles disseram que utilizaram os intensivos químicos. Pois, tal terminologia era relatada com as palavras acompanhadas: pouca, mínima ou pequena utilização de agrotóxico. O que mais chama a atenção é que em nenhum momento das entrevistas a quantidade de agrotóxicos lançada foi perguntada ou mencionada.

Fato “positivo” também nos entrevistados que utilizam o modo de produção convencional. Baseando-se na pesquisa e nas respostas dos proprietários, foi possível perceber, que os mesmos utilizam o “pouquíssimo” ou apenas na etapa inicial do

plantio. Mas, nota-se um desconhecimento sobre a agricultura orgânica e seus benefícios à saúde tanto dos consumidores quanto dos trabalhadores que tem contato direto com esses resíduos químicos e, por fim, com os agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam o meio ambiente.

Na agricultura convencional, temas como a qualidade dos alimentos, principalmente a conservação e preservação do Meio Ambiente, não são prioritárias em seu modo de produção. A mesma gera graves impactos ambientais como a poluição do ar, dos cursos d'água, entre outros. Ela não é um modo de produção ambientalmente correta e sustentável, pois trás inúmeros malefícios ambientais e sociais. E principalmente não respeita a limitação dos recursos naturais.

A agricultura convencional prioriza a monocultura e grandes extensões de plantações, causando desequilíbrios ecológicos graves, abusando do uso de insumos e agrotóxicos, causando degradação do solo e dos recursos hídricos, e desmatamentos. Além disso, emprega pouca mão de obra, pois utiliza muito maquinário. Fonte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/agroecologia/agricultura_tradicional_e_agroecologia.html em Junho de 2015.

É interessante observar que os proprietários que não utilizam agrotóxicos em suas chácaras ao longo das entrevistas quando questionados se utilizavam algum tipo de agrotóxico relatavam com muito orgulho que não utilizam e que praticam a agricultura orgânica.

Na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos. O Brasil, em função de possuir diferentes tipos de solo e clima, uma biodiversidade incrível aliada a uma grande diversidade cultural, é sem dúvida um dos países com maior potencial para o crescimento da produção orgânica. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica> em Junho de 2015.

No quadro a seguir foram destacadas as falas dos entrevistados na seguinte ordem 2, 4 e 9:

Quadro 17 – Respostas relacionadas com a utilização de agricultura orgânica no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 2	Não, aqui não usa não. Não precisa usar porque não é verdura nem nada, é só folhagem. A produção é orgânica. Não há necessidades de agrotóxico.
Proprietário 4	Não, nunca bati agrotóxico aqui não. Já até foi realizado exame na zoobotânica (Emater) para ver se tinha ou não. A produção aqui é orgânica sim.
Proprietário 9	Já usamos por um bom tempo, mas os preços subiram muito e também tava estragando a terra ai decidir parar de usar. Aqui a gente produz mais só com adubo natural. Sim, utilizamos agricultura orgânica.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

As justificativas para a produção de modo orgânico foram bastante diversas. A proprietária dois, dona de uma floricultura, foi bem direta na resposta e disse que na produção de suas plantas não era utilizada nenhum tipo de agrotóxico, pois ela não produz verduras. Por isso pratica a produção de flores da maneira orgânica.

Insumos químicos deverão ser cada ser cada vez mais regulados ou taxados por razões de saúde ou ambientais, e seus usos deverão estagnar, ou mesmo, declinar. Assim a transição para outro tipo de agricultura deverá ser dar pelo desenvolvimento de alternativas de pouco ou nenhum insumo químico, assim como deverá haver um renascimento das técnicas locais. (MIOR, 2005.p 30).

Pode-se inferir que a proprietária quatro nunca usou agrotóxico mesmo participando de pesquisas para testar a sua produção. Mas, o fato que mais chama a atenção é que ela diz ainda Zoobotânica. Atualmente é a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal) que administra e faz o serviço oficial de assistência técnica as propriedades rurais do Distrito Federal.

Quanto ao proprietário nove, o mesmo mencionou que já utilizou agrotóxicos em sua produção. Mas, como os preços dos intensivos químicos aumentaram, ele começou

a praticar a agricultura orgânica como alternativa a agricultura convencional.

Dos produtos orgânicos comercializados nos diversos estabelecimentos do DF, identificou-se que os mais produzidos a nível local são: as hortaliças; outros (flores comestíveis, salada, yakisoba, chá); molhos e condimentos; pães doces e geleias. Os que são produzidos em menor escala (ou não são produzidos no DF), são: bebidas; laticínios; frutas; grãos e seus derivados e os de origem animal. Pesquisa de diagnóstico do consumo de Produtos Orgânicos no Distrito Federal. 2005. p.72.

O simples fato da não utilização de intensivos químicos não significa que existe a produção orgânica. O modo de produção orgânico deve seguir aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Dessa forma gerando um modo de produção agrícola com sustentabilidade.

A sustentabilidade envolve desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais. De acordo com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável visa "ao atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel> em Junho de 2015.

Este tópico teve a função de coletar os dados e entender como que a produção rural do Núcleo Bandeirante é realizada na realidade. De forma que o resultado foi bem positivo com relação à porcentagem de proprietários que utilizam a agricultura orgânica. Quando comparados mundialmente à agricultura orgânica e outros métodos ecológicos não chegam a 1%.

Estima-se que no mundo atual a área cultivada com métodos alternativos ecologicamente responsáveis não chegue a 0,5% da área agrícola, e na Europa essa participação passa de 3%. Na Itália, os 55.902 estabelecimentos "bio" já correspondem a 7% da área agrícola nacional. (VEIGA, 2006, p. 336).

A agricultura urbana é um fator determinante para a utilização de modo produção orgânico, justamente pela proximidade com a cidade. No caso do Núcleo Bandeirante ocorre a agricultura intra-urbana, localizada dentro da cidade e a peri-urbana, localizada

em volta da cidade.

O Núcleo Bandeirante é uma das Regiões Administrativas que consomem mais produtos orgânicos e a Região Administrativa onde mais se consome produtos orgânicos é o Park Way, uma cidade bem próxima. Informação retirada de uma pesquisa de diagnóstico do consumo de produtos orgânicos no Distrito Federal segundo EMATER:

As Regiões Administrativas onde se verificou que o consumo de produtos orgânicos é predominante, foram as seguintes, em ordem percentual decrescente: Park Way; Sudoeste/Octogonal; Lago Sul; Lago Norte; Brasília; Guará, Planaltina e Águas Claras; Candangolândia e Núcleo Bandeirante.

Para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente de produção orgânica, onde se utiliza como base do processo produtivo os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica> .em Junho de 2015.

K

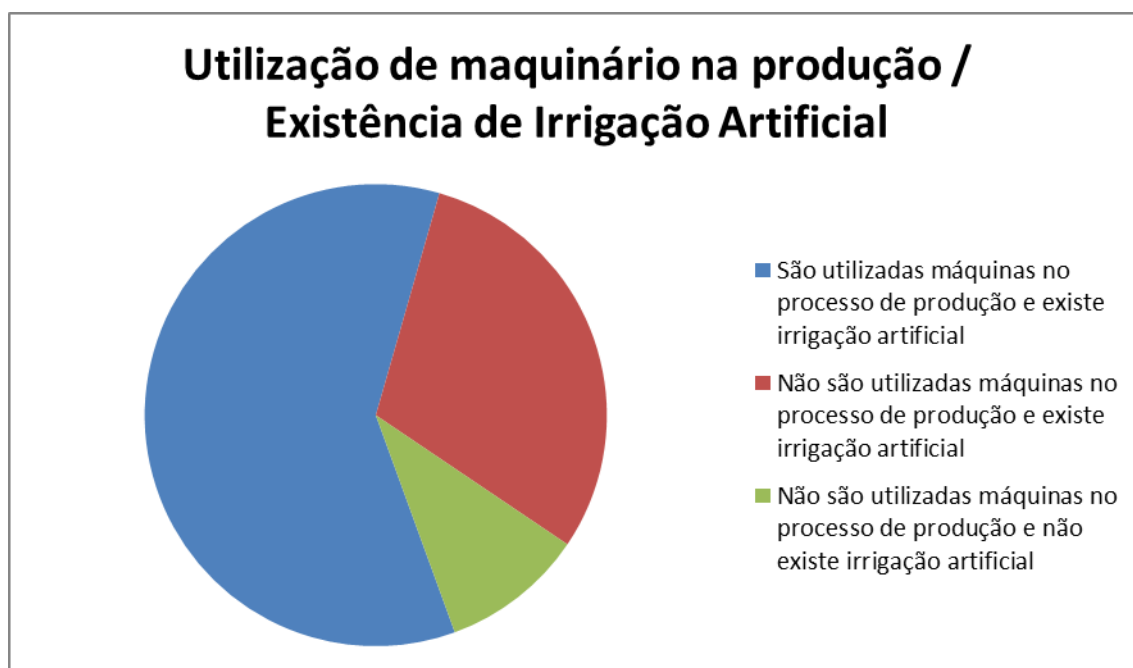
[...] na visão da globalização, a tendência histórica do processo de homogeneização das agriculturas mundiais, a partir de um pequeno grupo de tecnologias genéricas, principalmente químicas, e as tecnologias genéticas também baseada em químicos seria irreversível. BUTTEL apud MIOR, 2005.p 30.

Concluindo este capítulo a globalização acaba exercendo a influência de homogeneização das agriculturas atuando principalmente com a utilização de agrotóxicos. E a agricultura orgânica perante a essa influência está se desenvolvendo muito. Pelo simples motivo que a utilização de insumos químicos além de poluir os recursos naturais chegará a um momento de queda. Dessa forma a agricultura orgânica será a opção de modelo de produção mais viável e utilizada próximas ou dentro das cidades. A agricultura orgânica ambientalmente é mais sustentável que a convencional, além disso, a sua utilização produz não só alimentos para aumentar a renda, mas aumento de respeito e preservação ambiental.

3.8) Os avanços tecnológicos na produção rural (Utilização de maquinário e irrigação artificial)

Neste tópico serão apresentados dados sobre as propriedades em que são utilizadas máquinas e o uso de irrigação artificial. Foi possível encaixar a realidade dos proprietários rurais do Núcleo Bandeirante da seguinte forma: Em 60% da pesquisa, existem a utilização máquinas e irrigação artificial, 30% dos proprietários que não usam máquinas e tem irrigação artificial e em apenas a 10% de todas as propriedades que não são usadas máquinas e nem irrigação artificial.

Gráfico 7 – Utilização de maquinário na produção/ Existência de irrigação artificial.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Para a apresentação das propriedades que utilizam máquinas na produção rural, serão analisadas algumas falas dos proprietários, entre eles os produtores 1,5 e 9:

Quadro 18 – Respostas relacionadas com a utilização de máquinas na produção agrícola no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 1	Sim, motor bomba de 20 cavalos pra irrigação e temos um trator agrário para arar a terra, gradiar a terra.
Proprietário 5	Utilizamos aqui um micro trator apenas para facilitar o plantio e agilizar o processo de aragem da terra. Há irrigação artificial sim, utilizamos a técnica de aspersão de água.
Proprietário 9	Sim, nós temos um pequeno trator e todas as ferramentas de produção rural. Sim, aqui nos utilizamos canos para a irrigação.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Diante desses comentários foi possível que existe uma característica comum em todas as respostas. A de que existe o uso frequente entre esses produtores do trator nos casos mencionados como micro tratores ou pequenos tratores. De forma que a utilização desses tratores torna o processo de plantação mais rápido e eficaz. A importância não somente de tratores, mas também, de novas tecnologias agrícolas é responsável pelo crescimento da produtividade dessas propriedades.

Atualmente, máquinas com tecnologias de ponta, têm o propósito de aumentar a produção agrícola por meio da sua utilização no campo. A modernização das atividades agrícolas gera para o produtor um grande aumento da produtividade de alimentos; o desenvolvimento agrícola; a expansão da fronteira agrícola; e o avanço do desenvolvimento tecnológico. O produtor ganha em tempo e no custo benefício[...].
Fonte: <http://www.agrobrasil.com.br/ultimas-noticias/431-o-uso-de-equipamentos-modernos-aumenta-a-produtividade-e-traz-bons-numeros-para-a-agricultura-do-pais.html> em Junho de 2015.

A aquisição dessas máquinas e equipamentos conta hoje com linhas de crédito muito atrativas e vantajosas para os agricultores familiares, porém, ela deve ser planejada, isto é, precedida de um projeto elaborado por técnico competente, considerando: o tamanho da área; os cultivos a serem desenvolvidos em função do mercado; o dimensionamento da potência e da configuração das máquinas em função das áreas a cultivar e das operações a realizar, dentre outros fatores. Mesmo pequenas, algumas máquinas podem ser muito onerosas para serem adquiridas individualmente, além de que podem tornar-se ociosas devido ao seu uso reduzido durante uma safra.
Fonte:
<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=29617&secao=Colunas%20e%20Artigos> em Junho de 2015.

A evolução da mecanização agrícola veio da necessidade do aumento da capacidade de trabalho no campo, e hoje, o constante desenvolvimento de novas tecnologias é um dos responsáveis pelo crescimento da produtividade agrícola. Tratores e colhedoras trabalham em operações de preparo do solo, semeadura, plantio, tratamentos culturais e colheita, transporte, elevação, manuseio, e para o processamento, acelerando e otimizando as atividades no campo. Fonte: <http://www.agrobrasil.com.br/ultimas-noticias/431-o-uso-de-equipamentos-modernos-aumenta-a-produtividade-e-traz-bons-numeros-para-a-agricultura-do-pais.html> em Junho de 2015.

A seguir serão expostas as respostas dos produtores que não utilizam máquinas, mas usam irrigação artificial. Serão apresentadas as falas dos proprietários na seguinte ordem 2, 4 e 6:

Quadro 19 – Respostas relacionadas com a não utilização de máquinas na produção agrícola no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 2	Não tem como entrar maquinário, tá lotada de planta. Tem água, tem 2 nascentes. Usa máquina, motor de água.
Proprietário 4	Não. Não é utilizado pela falta de recursos mesmo, o trabalho é braçal mesmo. Dos meus filho e empregados. Existe e é diretamente do córrego que passa no meio da chácara.
Proprietário 6	Eu não uso não, só ferramentas pequenas, trator estava dando muita despesa na manutenção e eu tive que vender o meu. Não. Aqui eu mesmo que vou molhar a horta e as bananeiras.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Entretanto estes produtores rurais não usam máquinas, mas por situações distintas. Foi possível verificar que neste caso específico são exemplificados de maneira geral por dois motivos principais. O primeiro caso é o da produtora dois, que é dona de uma floricultura. No caso do trator ele não tem utilidade em nenhuma das etapas da produção. O cultivo de plantas é bem diferente do cultivo de hortaliças e monoculturas. Pois, a utilização do trator nesta situação destruiria a plantação. Por isso, que o trabalho neste tipo de produção é manual.

No segundo caso, dos demais produtores da tabela anterior, não existem máquinas nas propriedades, devido principalmente pela falta de recursos financeiros para a compra de tratores e colhedoras. Nesse sentido, essas propriedades são as que têm a menor produção e a menor área de cultivo.

Um dos fatos que explicam esta ausência de máquinas. Característica mais evidente na propriedade seis onde já existiu o trator em suas atividades rurais, mas com o auto custo da manutenção o proprietário não teve alternativa que não fosse a venda do trator. Entretanto, o que é ainda mais específico nessa propriedade é que nem irrigação artificial existe.

Quando as tecnologias que foram adaptadas para certa base ecológica e locacional dão mais vantagem à exploração de economias de escala do que de escopo, sem que isso implique em proibitivos custos de transação, haverá irresistível tendência à especialização, e à conseqüente formação de uma economia local que reagirá apenas aos sinais enviados por um determinado mercado, em geral distante. (VEIGA, 2001, p 103).

[...] Os pobres do campo são basicamente alguns segmentos dos agricultores familiares, inviabilizados pela primeira etapa da modernização porque têm pouca terra, não tem educação (formal ou não), nem assistência técnica etc. E a solução para isso são basicamente políticas de reforma agrária e de apoio a agricultura familiar. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 12)

A agricultura urbana é a junção do trabalho do campo com o trabalho da cidade. Vai além da realização do trabalho no campo dentro da cidade. A agricultura urbana é uma opção bastante interessante na resolução das desigualdades das classes trabalhadoras. Uma forma direta de diminuir esse desequilíbrio social é o investimento público nessas propriedades. Assim com recursos para investir em tecnologia será um modo de realizar uma mudança significativa na renda desses produtores.

Figura 18 – Poço construído para irrigação artificial em uma das chácaras.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Figura 19- Sistema de irrigação em uma das chácaras.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Figura 20 – Produção agrícola próxima a escolas e edifícios residenciais.



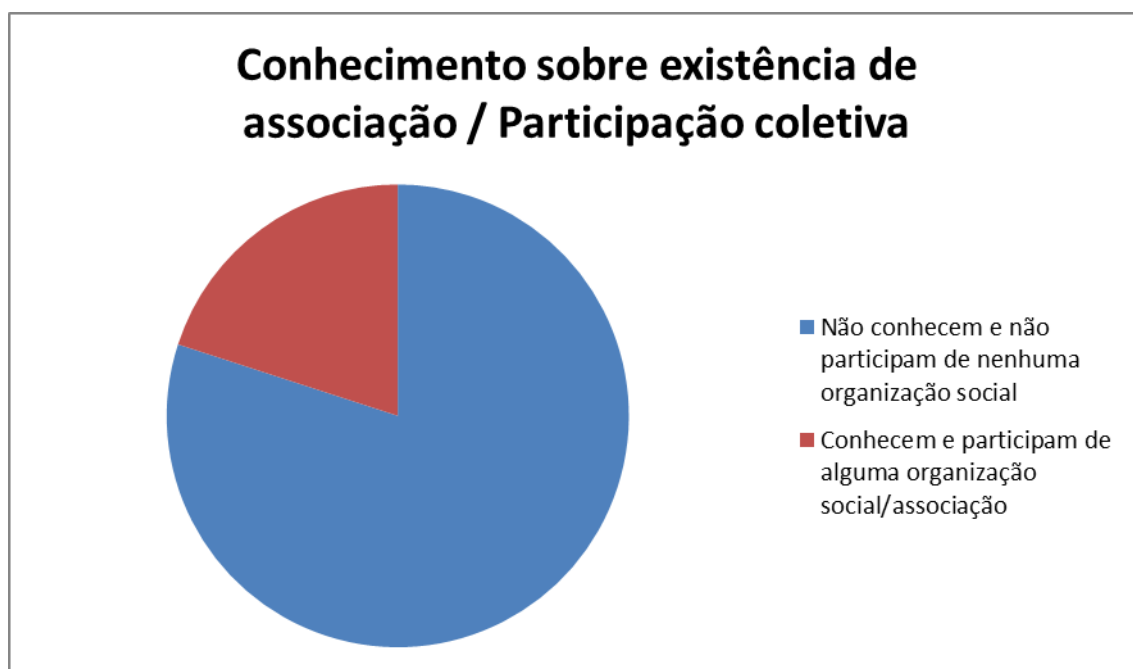
Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

3.9) Organização social/coletiva dos agricultores do Núcleo Bandeirante

Este último tópico teve como objetivo central analisar se existe uma organização social ou associação rural do Núcleo Bandeirante. Pois, uma formação dos produtores rurais indicaria um processo de desenvolvimento importante como uma forma de representação. E ainda mais na permanência desses produtores na cidade.

A última pergunta da entrevista foi sobre a existência de alguma organização social, coletiva ou associação dos agricultores do Núcleo Bandeirante. As respostas da maioria dos proprietários no total de oito ou 80% foram de uma maioria que não existe e não participam de nenhuma associação. Dois proprietários que corresponde a 20% relatou que existe, mas não há nada oficialmente, porém eles fazem parte da associação. Este trabalho não teve como objetivo modificar as respostas dos entrevistados e sim analisá-las. Portanto, assim foi formada a participação ou não dos agricultores urbanos.

Gráfico 8 – Conhecimento sobre existência de associação/ Participação Coletiva.



Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

As respostas dos entrevistados que não conhecem ou não participam de uma associação, ou organização social foram à maioria. As seguintes falas serão dos proprietários 2, 6, 8 respectivamente:

Quadro 20 – Respostas relacionadas com o não conhecimento e nenhuma participação coletiva na produção agrícola no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 2	Não é difícil, a gente fica mais só do que junto. Tem tanto produtor mas cada um com o seu. Outro é verdura aqui é floricultor. Floricultura só aqui.
Proprietário 6	Não. Nunca teve associação aqui não. Deve ser porque a gente produz pouco e também alguns já até pararam de produzir e loteou a chácara.
Proprietário 8	Não, não conheço. Entregamos diretamente pro cliente. Associação é pra quem tem produção em periferia, quem tem o

	transporte mais difícil. Associação é pra ter um transporte maior. E organização é de produzir, o nosso não.
--	--

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

De uma forma geral são percebidas três opiniões com algumas diferenças com respeito a participação de uma cooperativa. O que essas respostas têm em comum é o fato de não conhecerem nenhuma associação no Núcleo Bandeirante. A diferença entre elas é de como a associação seria criada ou determinada.

A primeira é a produtora de flores e aponta a falta de organização coletiva pela falta de alguma outra propriedade que também trabalhe com folhagem e flores. Esse é o único motivo aparente percebido pela fala da produtora dois.

O produtor seis não conhece nenhuma organização. Mas não acha que exista associação agrícola pela baixa produção da sua propriedade. E um fato que já foi discutido é sobre a especulação imobiliária. Onde alguns proprietários do Núcleo Bandeirante já lotearam as suas chácaras.

Na terceira resposta selecionada, a do produtor oito, à declaração de que a existência de uma associação seria apenas para transportar os produtos. Outra perspectiva interessante é que em seu conhecimento a associação só existe para os produtores que residem na periferia.

Temos aqui indícios de uma desorganização social. O que é prejudicial a esses produtores rurais. Pois, com a globalização ocorre uma revalorização dos espaços locais e que precisam de participação direta desses atores. Assim o “poder” de uma cooperativa ou associação agrícola tem mais intensidade do que uma reivindicação individual desses proprietários.

[...] a falta de organização social – especialmente na sociedade civil – tem se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social para os grupos organizados. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 23-24).

[...] a organização dos atores sociais pode impulsionar a participação e a implementação de planos de desenvolvimento voltados aos seus interesses, apesar de haver ainda muitas restrições quanto às formas de participação e representação, não só devido à sua pouca mobilização como também à dificuldade de ser de todos os segmentos sociais devidamente representados, diante da presença de impedimentos e vieses operacionais vinculados às estruturas institucionais vigentes em nível local e a à dominação das decisões pelos grupos mais fortes. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 25).

Destacando os proprietários que responderam o conhecimento de associações agrícola. Nesta ordem de apresentação as falas dos proprietários 1 e 5:

Quadro 21 – Respostas relacionadas com o conhecimento e participação coletiva na produção agrícola no Núcleo Bandeirante.

Proprietários	
Proprietário 1	Bem falha, mas tem. Muito fraquinha, é mais local, a gente mesmo que se reúne pra pedir alguma coisa. Mas não tem nada legalizado, uma cooperativa, uma associação não existe. Nada de sindicato, só nós mesmo. Nesse instante, quem tá produzindo é o meu pai, o restante estão abandonando. Estão largando gradativamente, vão parando. Um que fracionou, um vizinho só usa pra morar mesmo. Planta um milho, alguma coisinha, mas é mais moradia. Do outro lado, tem o NB2 ali na pista do gama que tem um produtor.
Proprietário 5	Sim, existe uma associação. Se não me engano é a Associação dos Produtores da Colônia Agrícola NB1. Mas não tem reuniões direto não.

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Nota-se na resposta do primeiro proprietário da entrevista que existe uma associação agrícola. Em seguida menciona que não é nenhuma organização oficial. Mas quando necessário, pela falta de algum serviço público, alguns produtores mais próximos reivindicam algo a gerência do Núcleo Bandeirante. Buscando, assim, uma “pressão” maior em cima da administração pública. A associação como ele bem diz “falha” ou “fraquinha” é muito importante para o desenvolvimento local. Dessa forma o grupo desses produtores rurais, ganha maior prestígio e estímulo em suas

reivindicações.

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe ainda que haja um mínimo de organização social para que diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe em nível local; e quando existe, está restrita àqueles “velhos” atores sociais responsáveis em última instância pelo próprio subdesenvolvimento do local. (GRAZIANO e MARC e BIANCHINI, 2001, p. 24).

Na segunda resposta, a do quinto produtor, podemos observar o conhecimento sobre uma organização agrícola. Mas, o entrevistado não faz parte desta associação. Fato que é diferente de todas as outras respostas. Não ficou claro que a não participação do produtor cinco é por interesse próprio ou da associação. Mas com a participação coletiva os produtores teriam um maior desenvolvimento, principalmente o econômico.

Consolidar e fortalecer a atuação do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, participando dos processos de criação de trabalho e emprego, de produção de alimentos, de geração e distribuição de renda e da melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas.
Fonte:<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/odenacoop> em Junho de 2015.

Uma forma a se destacar seria o papel importante que movimentos sociais atuais exercem nessas áreas mais próximas das cidades. Mas, como foi visto nas entrevistas não existe nenhum movimento social que englobe esses produtores rurais. Para finalizar o desenvolvimento de associações ou organização social destes produtores, com identidades locais, seria de impulsionar projetos para uma reconstrução social, econômica e política mais justa. A diferença seria que os atores do meio rural do Núcleo Bandeirante conhecem a sua realidade e assim formarão uma base mais forte nas reivindicações futuras. A importância da cooperativa seria a de mobilizar nesse local os atores em torno do mesmo objetivo na mesma idéia de crescimento coletivo.

[...] enfatizar as possibilidades de esses movimentos construírem-se como espaços de resistência, no quais os atores elaboram identidades coletivas, ampliam sua presença no espaço político, apelando para a conquista de direitos no campo da cidadania, além de estabelecerem novas territorialidades, ancoradas em novas formas de organização e

mobilização e de engendramos novas alternativas de produção. (GUIMARÃES e MICHELOTO. 2001, p. 28).

No que se refere às novas formas de produção, estudos têm apontado a presença de formas associativas nos assentamentos, como tentativa de superar obstáculos relacionados à produção, comercialização e à predominância da agricultura familiar, ancorada na formação de pequenos grupos, ligados entre si por relações de contiguidade, marcada por uma identidade local. (GUIMARÃES e MICHELOTO. 2001, p 32).

Nas respostas dos proprietários ficou marcada a existência da uma associação no Núcleo Bandeirante. A pesquisa foi atrás desta associação para averiguar as respostas dos entrevistados. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as respostas de maneira imparcial e assim compreender a realidade da produção agrícola do Núcleo Bandeirante e também a perspectiva de futuro desses produtores rurais.

Foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação dos Produtores Horti-Flori-Frutícolas da Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I (Ascoagri- NBI). Essa entrevista foi diferente da que foi feita aos dez entrevistados 10, apenas 3 perguntas foram repetidas a pergunta 2,4,7. As perguntas realizadas ao presidente da associação foram perguntas relacionadas com os resultados da pesquisa. Foram realizadas as seguintes perguntas.

1)Quando surgiu a associação?, 2)Quantos associados e a área total da produção?, 3)Quando ocorre as reuniões? Se existe mensalmente, anualmente?, 4) As propriedades são arrendas ou tem escritura própria? Quais são os produtos e ou serviços produzidos em sua propriedade? Em que quantidade?, 5)Você recebe ou recebeu algum apoio ou incentivo por parte do governo federal ou do Distrito Federal para a sua produção?, 6) Qual a sua perspectiva de futuro da produção agrícola no Núcleo Bandeirante?, 7) Quais os motivos dos entrevistados na pesquisa não participarem da associação?

No quadro a seguir as respostas do presidente da Ascoagri NBI:

Quadro 22 – Respostas relacionadas ao Presente da Associação.

Associação do Núcleo Bandeirante	
Resposta 1	A associação aqui surgiu em 13/04/2000. Esta associação é registrada na EMATER da Vargem Bonita.
Resposta 2	Fazem parte da associação 26 propriedades da Colônia Agrícola NBI. Com uma área total de 35 hectares. Localizadas a margem esquerda do córrego Riacho Funda. São chácaras ribeirinhas.
Resposta 3	Reuniões ocorrem esporadicamente de acordo com as necessidades dos proprietários. Ocorre nas dependências da Administração Regional ou em uma casa de um dos associados. Não existe sede oficial. Existe a dificuldade de uma encontrar sede oficial e também a manutenção de uma sede.
Resposta 4	A chácaras associadas são arrendadas e a produção para o Núcleo Bandeirante e Brasília. Os associados não parcelam ou fazem o loteamento das chácaras. Governo Federal permite apenas construção da casa própria e uma casa para os trabalhadores. Cana, limão, couve-flor, hortaliças em geral menos o morango que utiliza muito insumo.
Resposta 5	O administrador do Núcleo Bandeirante concede a nossa utilização nas dependências da Administração Regional do Núcleo Bandeirante. Mas ajuda governamental mesmo com investimento na produção não.
Resposta 6	Produção não está fácil. Nós pregamos a conservação da natureza, e produção com responsabilidade ambiental. Associação utiliza insumos. Mas os insumos estão altos. Não tem produção orgânica porque utilizamos insumos químicos, agrotóxicos, mas respeitamos o período de “carência” dos agrotóxicos. Seguimos aqui a defesa biológica e utilizamos defensivos indicados. São mansos e tem baixa utilização. Produzir e preservar são as metas dos proprietários associados, não tem intenção de vender e acabar com a natureza.
Resposta 7	A entrevista realizada pode não ter sido feita por pessoas que participem das associações, como empregados ou pessoas não ligadas à produção rural. O contato com cada proprietário seria melhor. Mas pode ser que duas chácaras construíram casas para aluguel, você pode

	ter entrevistado esses caras.
--	-------------------------------

Fonte: o autor, pesquisa de campo, 2015.

Analisando as respostas do presidente da Ascoagri NBI, ficam evidentes que comparada com a migração dos produtores para o Núcleo Bandeirante a associação criada em 2000 é recente.

A associação está composta pela maioria das propriedades da Avenida Contorno da cidade. Ocorrem reuniões de acordo com as necessidades que vão surgindo ao longo do ano. As propriedades são arrendadas e vão de acordo com a pesquisa inicial sobre as chácaras da Avenida Contorno.

Existe uma pequena ajuda pública relacionada às reuniões da cooperativa, quando o poder público cede um salão para a reunião da Ascoagri NBI. A perspectiva da associação é a mesma de todos os proprietários a de permanência e produção efetiva no Núcleo Bandeirante, resultado igual ao da pesquisa.

Em relação a não participação de oito propriedades na associação podem ser explicadas por três motivos. Primeiramente a localização, três propriedades não estão localizadas na Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I. O segundo motivo é que três outras propriedades realizam a produção orgânica diferentemente dos associados. E por fim, duas chácaras produzem em pequenas quantidades baseando no relato dos entrevistados como fato para não participarem da associação.

Por fim a não participação de algumas propriedades na associação, diferentemente do que foi dito pelo presidente da associação, a pesquisa inicial foi realizada com os proprietários das chácaras ou com um filho do proprietário ou com o responsável pela produção agrícola da chácara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da agricultura urbana pelos proprietários rurais da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante tem na sua utilização uma forma de encontro das atividades rurais e das atividades urbanas unidas em idealizar uma condição social, econômica e política mais justa.

São necessárias ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil. A utilização da agricultura urbana é uma forma que se põe para o campo da mesma forma que para a cidade, pois, tanto no espaço rural como no urbano, onde grande parte da população das classes sociais mais baixas não alcança uma cidadania mais digna e justa. Elas se encontram numa condição social de constante mobilidade e também de instabilidade territorial, migrando entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida.

Foi possível observar nesta pesquisa o desenvolvimento da agricultura urbana no Núcleo Bandeirante e a sua função prioritária como uma forma de identidade e resistência da produção agrícola, principalmente com o desenvolvimento local, perante o crescimento desordenado e incentivado pela especulação imobiliária.

Essas chácaras que continuam com a produção rural, além de resistirem ao crescimento habitacional, com a agricultura urbana geram novas possibilidades ambientais, sustentáveis, estéticas entre outras. Mas ajudam na construção de uma Região Administrativa mais responsável e ecológica.

A agricultura urbana tem como resultado direto uma ajuda na construção de uma cidade que seja lugar do encontro, onde produção agrícola e atividades urbanas sejam congregadas. Dessa forma a consciência ambiental e social estão ligadas ao espaço urbano, características que antes eram encontradas apenas no espaço rural. É montar uma estrutura sobre uma concepção social permeável à consciência e modo de vida que o meio rural produz.

Nota-se nesta pesquisa a relação muito forte que a agricultura urbana mantém com o fornecimento de alimentos a população e ao comércio do Núcleo Bandeirante demonstrando assim sua importância no abastecimento alimentação saudável da Região Administrativa.

Com a influência da globalização no mundo rural há a necessidade, de criação de uma emergência de práticas novas que atendam a demandas sociais, comerciais de alimentação mais saudável, lazer ecológico, a conservação e preservação das paisagens naturais. A agricultura urbana tem o poder de agir dessa forma contraditória a imposição da globalização, que é a de homogeneização também das áreas agrícolas.

Portanto existe uma necessidade de novas práticas, principalmente as multifuncionais, como por exemplo da agricultura urbana, que ajudem as classes sociais mais baixas desde de saudáveis alimentos às diversas formas de lazer. A dimensão rural está se transformando no país ou região e não está mais sendo vista apenas como domínio da agropecuária, seriam os pequenos agricultores os principais criadores, mantenedores e garantidores desse espaço social, econômico e cultural.

Foi possível verificar que a maioria dos produtores rurais migraram para Brasília com um sonho de encontrar melhores condições socioeconômicas. Os entrevistados alcançaram independente de interesse, o propósito de encontrar no mínimo um lugar para sua moradia.

Nota-se na pesquisa que a maioria dos proprietários tem suas chácaras arrendadas. Não são proprietários definitivos, mas ocupam essas chácaras há muitos anos. Lá construíram suas casas e são responsáveis pelo início da produção rural da “Cidade Livre”. Todas as propriedades da pesquisa realizam a produção agrícola e fornecem frutas, e principalmente hortaliças ao Núcleo Bandeirante.

Diante do relato dos entrevistados, em sua maioria, eles nunca tiveram e não tem recebido nenhuma ajuda ou incentivo de investimentos públicos, seja na produção agrícola, seja em infraestrutura. Alguns jamais foram atrás desses incentivos. Mas o resultado que mais se destaca na pesquisa, é que mesmo os que se envolveram em buscar auxílio governamental nunca conseguiram receber nenhum tipo de ajuda, seja

econômico ou social.

A transferência simples de recursos financeiros não é a única solução. O foco principal é que essa ajuda, seria o de planejar e articular ações locais de desenvolvimento rural que tenham o caráter de investimentos, principalmente em infraestrutura. A participação dos poderes públicos devm ser contratual e não podem se restringir apenas a um repasse de recursos financeiros.

Quando relacionado agricultura urbana à produção final e consumo, notou-se que os principais consumidores da produção agrícola dessas chácaras se encontram na própria Região Administrativa do Núcleo Bandeirante e outras Regiões Administrativas próximas, como o Guará e o Park Way. Essas propriedades apresentaram métodos e formas diferentes de transporte e circulação dos seus produtos.

Em sequência a pesquisa abordou a pergunta sobre a procura de venda das chácaras com o intuito de perceber a especulação imobiliária. Onde nove dos dez entrevistados foram procurados no mínimo uma vez para vender a sua propriedade. Nesta perspectiva essas chácaras são os únicos lugares que ainda resistiram aos investimentos imobiliários no Núcleo Bandeirante. Diante desses números nota-se que a pressão do setor imobiliário nessas chácaras é muito grande. Atuando diversas vezes ilegalmente, como no relato de um dos entrevistados que citou a grilagem de terras. A força da especulação imobiliária ocorre em toda a Região Administrativa, mas é mais localizado nesses locais que ainda não sofreram grandes alterações.

Outro aspecto importante a se destacar é sobre a perspectiva de futuro desses produtores. Verificou-se que na pesquisa que essa foi à pergunta que teve resultado mais diferentes. Onde os entrevistados esperam um futuro positivo e negativo ou incerto sobre a produção agrícola. É importante destacar que os números foram muito equilibrados com essa questão. Provando que existem expectativas variadas sobre a produção rural existente no Núcleo Bandeirante. Mas, o sentimento partilhado de todos vai mais além da produção agrícola, abrange também a permanência desses proprietários em suas chácaras.

Com relação à produtividade de agricultura orgânica e agricultura convencional os resultados da pesquisa mostraram uma pequena porcentagem de diferença dos dois modos de produção. A agricultura convencional apesar de ser maioria, não é a forma mais correta de cultivo quando se trata da questão ambiental. Neste caso específico, a proximidade da área de produção com a cidade é muito pequena, chega em alguns locais a ser de apenas uma cerca com arame farpado. A execução de produção orgânica ambientalmente é mais sustentável que a convencional e mais do que isso, trás qualidade a alimentação da população.

Para finalizar, os dados empíricos coletados tiveram resultados que apesar da dificuldade do cultivo pela falta de incentivos públicos e a forte pressão imobiliária essas chácaras caracterizam-se ainda pela resistência e a idealização da continuidade da atividade rural no Núcleo Bandeirante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios: Repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada.** Volume 4, p. 301-309, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Editora Unicamp. São Paulo, 1992.
- ABROMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Territorial.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Volume 28, nº 1, 2005.
- BOTELHO, Flávio Borges Filho (Organizador). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial.** Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. Volume 3, nº 17, 2005.
- CONTEL, Fábio. **A Geografia na política pública. Região e Redes.** 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Pesquisa de diagnóstico do consumo de Produtos Orgânicos no Distrito Federal.** Secretaria de Desenvolvimento Rural/DF, 2005.
- GRAZIANO, José da Silva e MARC, Jean e BIANCHINI, Valter. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2001.
- GUIMARÃES, Leticia de Castro e MICHELOTO, Antônio Ricardo. **Movimentos de Luta pela Terra na Era da Globalização: Identidades Coletivas, Cidadania e Novas Territorialidades em Construção.** Volume 04, nº1, 2004.
- MACHADO, Altair Toledo e MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. EMPRABA. Documento 48 ISSN 1517-5111. Agricultura Urbana. 2002.
- MARQUES, M. I. M. . **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo. Volume 2, nº19, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Volume 29. Petrópolis –RJ, ed. Vozes, 2010.
- MIOR, Luiz Carlos. **Agriculturas Familiares, Agroindústrias, e Redes de Desenvolvimento Rural,** ed. Argos, Chapecó, 2005.
- SANTOS, Milton. **Entrevista.** Revista Veja, edição 1366, nº48, 1994.
- SERRANO, Agnes de França. **Avanços nos discursos de políticas urbanas nacionais.** Território, Estado e políticas públicas espaciais. (VÁRIOS AUTORES). 2013.
- SILVA, Paulo. **Ontem Cidade Livre, hoje cidade livro.** 1 ed. Brasília, 2002.
- VASCONCELOS, Adirson. **Cidades Satélites de Brasília.** 1 ed. Brasília, 1988.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** *Revista Estudos Avançados*. Volume 15, n°.43, 2001.

VEIGA, José Eli. **Destinos da ruralidade no processo de globalização.** Volume 18. n°51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, José Eli. **Nascimento de outra ruralidade.** Volume 20, n° 57, 2006.

Sites:

Disponível em: <http://www.ecycle.com.br/component/content/article/62-alimentos/2069-conheca-agricultura-organica-o-que-e-diferencas-relacao-convencional-agrotoxicos-pesticidas-fertilizacao-degradacao-solo-contaminacao-lencois-freaticos-desmatamento-biodiversidade-impacto-mudanca-climatica-risco-beneficio-saude-humana-certificacao-selo.html>. Acesso em: abril 2015

Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuaria/agroecologia/agricultura_tradicional_e_agroecologia.html. Acesso em: junho de 2015.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/noticias/noticias-subpaginas/uma-comparacao-entre-a-agricultura-convencional-e>.> Acesso: abril de 2015.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/o-que-e-agricultura-organica>. Acesso em: junho de 2015.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/old/imagens/brasil-50-anos/comercio-e-servicos-improvisados-atendiam-candangos/view>. Acesso em: dezembro de 2014.

Disponível: http://ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm. Acesso em: junho de 2015.

Disponível em: <http://www.seops.df.gov.br/frentes-de-fiscalizacao/2012-08-21-17-01-06/grilagem-de-terra.html>. Acesso em: junho de 2015.

Disponível em: www.infoescola.com/geografia/exodo-rural> . Acesso em: abril de 2015.

Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/09/o-que-e-especulacao-imobiliaria>.> . Acesso em: junho 2015.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente.aspx>> Acesso em: junho de 2015.

Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuaria/agricultura_organica/tipos_de_agricultura.html> Acesso em: abril de 2015.

Disponível em: <http://www.bandeirante.df.gov.br/>.> Acesso em: novembro de 2014.

Disponível em: <http://www.zee-df.com.br/Arquivos%20e%20mapas/Volume%20II%20-%20Socioeconomia.pdf>.
Acesso em: maio de 2015.